

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

KETLEM PAIVA DE AZEVEDO CHAGAS

A ATUAÇÃO DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL NO CONTEXTO ESCOLAR

RIO DE JANEIRO

2016

KETLEM PAIVA DE AZEVEDO CHAGAS

A ATUAÇÃO DO ORIENTADOR EDUCACIONAL NO CONTEXTO ESCOLAR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Sabrina Moehlecke

Banca Examinadora:

RIO DE JANEIRO,

2016

Dedico este trabalho à minha família que viveu este sonho junto comigo, não medindo esforços para que eu aproveitasse da melhor forma possível, alcançando meus objetivos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por mais este sonho realizado, por Ele estar sempre presente em meu caminho e por permitir que eu chegasse até aqui.

A minha família, que sempre me incentivou a continuar estudando e a seguir meus sonhos, em especial a minha mãe, que esteve ao meu lado em todos os momentos e não me deixou desistir.

Agradeço também ao meu namorado, por todo o amor e carinho que me deu durante a monografia, pela paciência comigo e por me acalmar nos momentos de desespero.

As minhas amigas que me acompanharam durante a graduação e compartilharam as alegrias e incertezas deste sonho.

A minha orientadora que contribuiu para a realização deste trabalho, sou muito grata pelos ensinamentos.

A Universidade Federal do Rio de Janeiro em especial ao corpo docente, pelas orientações, pelos incentivos e ensinamentos e a todos que de alguma forma colaboraram para a minha formação. Muito obrigada!

“Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”.

Paulo Freire

RESUMO

CHAGAS, Ketlem Paiva de Azevedo. **A atuação do Orientador Educacional no contexto escolar.** Monografia (Graduação em Pedagogia). Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro – Urca. Rio de Janeiro, 2016.

O Orientador Educacional é um profissional que ao longo da história obteve diversas denominações no sistema educacional, influenciando a aprendizagem dos discentes e modificando o comportamento destes, de toda equipe e comunidade escolar, traçando assim, outros rumos para a prática pedagógica. Destarte, esta pesquisa tem o objetivo de contribuir para o campo educacional trazendo à baila a importância deste profissional, bem como, revelar suas funções, seu papel no espaço escolar e qual formação é mais adequada para a sua prática. Para tal, parte-se de sua trajetória histórica até os dias atuais, utilizando a literatura na área para dialogar as concepções dos autores com uma análise documental baseada em documentos sobre o Município de Duque de Caxias, que serviu como fonte para relacionar a teoria com a prática. Vale ressaltar que o Orientador Educacional atualmente busca contribuir, sobretudo, para o melhor desenvolvimento possível do educando, preocupando-se com sua formação técnica, política, social e para o seu exercício como cidadão e trabalhador. Portanto, este trabalho evidencia os grandes desafios enfrentados no serviço de Orientação Educacional, que deve trabalhar de maneira integrada com a equipe de gestão e que muitas vezes não está bem preparado para exercer sua função, uma vez que, o que está determinado nas Legislações nem sempre ocorre na prática, como uma experiência a priori.

Palavras-chave: Sistema Educacional – Orientador Educacional – Duque de Caxias

AUTORIZAÇÃO

Ketlem Paiva de Azevedo Chagas, DRE 112075973, AUTORIZO a Faculdade de Educação da UFRJ a divulgar total ou parcialmente o presente Trabalho de Conclusão de Curso através de meios eletrônicos e em consonância com a orientação geral do SIBI.

Rio de Janeiro, dia/mês/ano.

Assinatura:

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Taxa de Aprovação.....	47
TABELA 2 – Taxa de Abandono.....	48
TABELA 3 – Taxa de Reprovação.....	48
TABELA 4 – Taxa de Distorção Idade-série.....	48
TABELA 5- Indicador de Nível Socioeconômico.....	49
TABELA 6 -Indicador de Complexidade da Gestão Escolar.....	49
TABELA 7 - IDEB Anos Iniciais.....	51

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1. A História da OE no Brasil.....	13
2. O Lugar do OE nas escolas hoje: questões em debate.....	27
2.1 – A importância da experiência docente.....	27
2.2 – A Formação do OE.....	29
2.3. Funções/ atribuições e a orientação vocacional dos alunos.....	34
3. A OE no município de Caxias.....	46
3.1. Dados gerais do Município.....	46
3.2 Análise Documental.....	51
3.2.1 Presença do OE na educação do Município de Caxias.....	51
3.2.2 Funções do OE no Município de Caxias.....	52
3.3.3 Perfil do OE	54
3.3.4 Requisitos para exercer a profissão e sua formação.....	54
3.3.5 Formação Continuada.....	55
5. CONSIDERAÇÕES.....	57
6. REFERÊNCIAS.....	58
ANEXO 1.....	61
ANEXO 2.....	62
ANEXO 3.....	63
ANEXO 4.....	64
ANEXO 5.....	65
ANEXO 6.....	66

INTRODUÇÃO

O sistema educacional brasileiro tem, historicamente, sido organizado a partir de diferentes concepções de educação, escola e gestão, características que estão relacionadas ao momento histórico em que se encontram e às necessidades de cada período (Romanelli, 1991). Estas concepções também implicaram em distintas formas de se organizar o trabalho pedagógico, dentro e fora da escola, função a ser exercida por diferentes profissionais, tais como: supervisores de ensino, coordenadores pedagógicos, orientadores educacionais e inspetores.

Com o presente estudo, pretende-se aprofundar a reflexão sobre a trajetória da função do Orientador Educacional no Brasil. Vale ressaltar que o trabalho deste profissional teve o seu início em 1924 no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, com a função de Orientação Vocacional. A sua trajetória foi permeada por diversas denominações, desde aquela voltada a um ajustamento dos discentes às normas e regras da instituição escolar, como a correção dos “alunos-problema”, passando ainda a função de prestação de serviços em preparar os jovens ao mercado de trabalho, até se chegar à definição do papel do orientador atualmente, o qual se refere a intermediar as relações entre os educandos e os docentes, auxiliando estes a compreender o comportamento e as dificuldades de aprendizagem dos alunos.

A proposta, hoje vigente, atribui ao Orientador Educacional o trabalho de modo a dialogar com toda a comunidade escolar, de maneira a contribuir para o desenvolvimento pessoal de cada estudante e a sua formação como cidadão, conforme é afirmado por GRINSPUN (1994, p.25):

O cerne da questão não é mais o ajustamento do aluno à escola, família ou sociedade, e sim a formação do cidadão para uma participação mais consciente no mundo em que vive. A Orientação, hoje, está mobilizada com outros fatores que não apenas e unicamente cuidar e ajudar “os alunos com problemas”. Há, portanto, necessidade de nos inserirmos em uma nova abordagem de Orientação, voltada para a “construção” de um cidadão que esteja mais comprometido com seu tempo e sua gente.

Portanto, percebe-se uma mudança no paradigma da Orientação Educacional, que era concebida a partir de uma visão individualizada da função deste profissional, para uma concepção mais coletiva e envolvendo todos os agentes escolares para o alcance de um mesmo objetivo, o qual se refere à formação de seus alunos como cidadãos, em seus aspectos, tanto sociais, quanto políticos e culturais.

Nízia de Assis (1994) apresenta a importância do papel do orientador educacional como co-responsável pela aprendizagem dos alunos. Vera Maria Placco (1994, p. 30) conceitua a orientação educacional como:

Um processo social desencadeado dentro da escola, mobilizando todos os educadores que nela atuam, especialmente os professores - para que, na formação desse homem coletivo, auxiliem cada aluno a se construir, a identificar o processo de escolha por que passam, os fatores socioeconômico-político-ideológicos e éticos que o permeiam(...).

Tendo em vista a definição dos autores supracitados a respeito da importância do Orientador Educacional nas escolas, vale ressaltar que a escolha do tema se deu a partir do meu estágio realizado em gestão, almejando assim adquirir mais conhecimentos nesta área.

Assim, parto do pressuposto da grande contribuição do Orientador Educacional para a rede escolar e dialogando com GRINSPUN (2012), que salienta a necessidade em existir o Orientador nas escolas, visto que este é fundamental para que se consiga pensar além dos conhecimentos disseminados. Vale acrescentar também a importância na formação do sujeito de forma mais ampla e crítica, ao discutir temas envolvidos em nosso cotidiano. Ressalta-se ainda que, além de necessário, o Orientador também é importante para o ambiente escolar, sabendo que este compreende o indivíduo em uma amplitude de relações que se travam dentro e fora das escolas e objetivando auxiliar nos problemas que ocorrem com os discentes, partindo de uma mediação de aprendizagens e saberes.

A relevância do mesmo é respaldada ainda com base na Lei 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), que consolida o trabalho do orientador educacional nas escolas e pelo seu art. 64, que determina:

A formação de profissionais da educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão, orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional. (LDBEN, 9394/96)

Uma das problemáticas encontradas no cenário atual de atuação do Orientador Educacional é a indefinição de suas funções no espaço escolar. Isto ocorre porque ela ainda é

desconhecida e/ou incompreendida pelo docente, muitas vezes devido à similaridade com o papel de outros profissionais, como os supervisores e coordenadores pedagógicos. Outro fator que contribui são as mudanças históricas da atuação deste profissional sofridas ao longo do tempo, acarretando também em um acúmulo de funções.

Diante do exposto, vislumbra-se a importância e a necessidade de revelar e compreender as denominações exercidas pelo Orientador Educacional assim como aos desafios enfrentados atualmente para alcançar os objetivos de sua função, objetivos esses que podem contribuir para um aprendizado mais amplo dos educandos, identificando suas características pessoais, emocionais e sociais.

Este estudo será realizado partindo dos seguintes objetivos: analisar a trajetória do Orientador Educacional e suas funções exercidas no sistema educacional; identificar os principais aspectos que redefinem a atuação do orientador educacional no contexto escolar atual e suas formas de contribuição para o desenvolvimento pleno do educando. A metodologia utilizada se deu por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental. O foco de pesquisa são os orientadores educacionais em sua relação com os discentes, docentes e toda a comunidade escolar.

Segundo Severino (2007), a pesquisa bibliográfica é aquela que se oriunda de pesquisas anteriores realizadas sobre a área estudada, de registros feitos por meio de documentos impressos como livros, artigos, periódicos, teses etc. Neste sentido, é verificado pelo pesquisador os conceitos e categorias teóricas definidas acerca do tema, sendo de grande contribuição para estudos futuros. É apontado ainda pelo autor que a pesquisa documental em linhas gerais se refere as fontes de todos os tipos, além das impressas, como revistas, jornais, fotos e os documentos legais, que se tratam de fontes primárias, uma vez que, não foram analisados anteriormente.

Diante disso, o primeiro capítulo dessa pesquisa trata da história do Orientador Educacional (OE) no Brasil, indicando suas atribuições, além de conceituar a função deste numa concepção técnico-burocrática e democrática, por meio de uma análise da bibliografia sobre o tema. O segundo capítulo apresenta o lugar do OE nas escolas hoje e algumas questões centrais em debate hoje, dialogando com os autores a respeito das funções e da formação do OE. Já o terceiro e último capítulo traz uma análise documental sobre o OE no Município de Duque de

Caxias no Rio de Janeiro, analisando o edital para OE de 2015, o Regimento escolar e o Plano Municipal de Educação.

1. História da Orientação Educacional no Brasil

Iniciamos o presente trabalho, tomando como referência para a análise da história da Orientação Educacional (OE) no Brasil, a pesquisa realizada por GRINSPUN (2012), GIACAGLIA e PENTEADO (2011), autores de referência na área. O OE pode ser diferenciado inicialmente entre uma fase romântica e outra objetiva. (Cf. GRINSPUN, 2012). Em que a primeira corresponderia a um processo que por si só seria capaz de solucionar todos os problemas encontrados na escola envolvendo os discentes, uma vez que, estes deveriam se ajustar aos “modelos” adequados e indicados pela instituição, havendo assim um padrão esperado de aluno, de colega, de indivíduo.

Por outro lado, com a fase objetiva, esse profissional era visto apenas como um prestador de serviços, responsável por não permitir que ocorressem problemas. Dessa forma, era assumido um caráter preventivo, regulando as regras e normas para que as situações não fugissem ao “padrão” de ensino. Assim, os autores entendem que após a sua implementação, a Orientação Educacional no Brasil apresenta diferentes características e demandas de acordo com seu período histórico.

Neste estudo serão apresentadas as diferentes concepções identificadas pela trajetória do OE, sendo atribuída a minha pesquisa o modelo de GRINPSUN (2012) para denominar as especificidades desse profissional, uma vez que pude encontrar uma classificação mais completa, mediante sua maneira de abordar os conceitos que caracterizam cada momento histórico em que o OE foi concebido pelos educadores.

A autora parte de sua experiência tanto como orientadora quanto professora para refletir acerca de sua prática e do estudo realizado, apontando os objetivos da OE, suas diferentes concepções, além da legislação que respalda essa profissão.

GRINSPUN (2012) organiza o desenvolvimento do Orientador Educacional (OE) em nosso país em seis momentos: período implementador, institucional, transformador, disciplinador, questionador e orientador. Compreende-se que a divisão dos períodos históricos possibilita que seja realizada uma leitura mais clara acerca da trajetória de atuação dos Orientadores, favorecendo a compreensão e internalização do leitor sobre os seus principais

conceitos e aspectos, tendo em vista que o pensamento dos autores é apresentado de maneira bem organizada. Por isso, é fundamental analisarmos as concepções trazidas pelos autores para que possamos dialogar com seus pensamentos e dessa forma, propiciar um debate e um estudo mais enriquecedor e significativo para o tema em questão.

GRINSPUN (2012) aponta ainda a OE como uma “caixa-preta”, utilizando este conceito para se referir a falta de definição quanto ao que é realmente o processo da Orientação Educacional, devido a sua trajetória de diversas atribuições e papéis assumidos. Portanto, devemos pensá-la de maneira crítica, desvendando suas características intrínsecas, considerando os aspectos pedagógicos e o contexto atual em que está inserida.

Período implementador

Inicialmente, temos o Período implementador – de 1920 a 1941, que se caracteriza pelo momento em que a OE surge na esfera educacional voltada a uma orientação profissional em um serviço de seleção e escolha profissional. (Cf. GRINSPUN (2012) e GIACAGLIA e PENTEADO (2011)).

No Brasil, o surgimento deste profissional teve como precursor, o professor Lourenço Filho, ao criar o “Serviço de Orientação Profissional e Educação” no ano de 1931, no entanto, esse serviço teve sua primeira aparição no ano de 1924 trazido pelo professor e engenheiro Roberto Mange no Liceu de Artes e Ofícios em São Paulo, sendo denominado “Serviço de Orientação e Seleção Profissional”. (Cf. GIACAGLIA E PENTEADO (2011)). Seu objetivo era similar ao que ocorreu nos Estados Unidos, buscando-se auxiliar o sujeito a seguir uma profissão mais adequada de acordo com as suas aptidões, atividade que hoje denominamos, orientação vocacional.

De acordo com PORTO (2009), o OE originou-se nos Estados Unidos no século XX, voltando-se para uma orientação profissional, cujo objetivo básico era orientar os discentes a uma melhor inserção no mercado de trabalho.

Dessa maneira, podemos citar a Revolução Industrial como um dos grandes acontecimentos que trouxe à baila o contexto em que surgiu o Orientador Educacional

formalmente no espaço escolar, uma vez que esse movimento afetou fortemente o campo educacional, tornando-se necessário que se modificasse o tipo de educação a ser oferecido, tendo em vista uma mão de obra mais especializada e sendo, portanto, função da escola atender a essa finalidade com o auxílio do OE, que tem sua origem pautada no cunho profissional e vocacional, em meio às transformações sociais, políticas e econômicas da época pelo advento da industrialização no Brasil. Devido a isso o trabalho deste profissional possuía o objetivo de selecionar e apresentar ao aluno as novas formas de trabalho. (Cf. GIACAGLIA e PENTEADO, 2011).

Os autores PORTO (2009), GIACAGLIA e PENTEADO (2011) se complementam ao apontar o professor Lourenço Filho como pioneiro da OE, uma vez que, enquanto chefe do Departamento de Educação do Estado de São Paulo no ano de 1931 foi o responsável por criar oficialmente o Serviço de Orientação Educacional. Já no Rio de Janeiro, as pioneiras foram as educadoras Aracy Muniz Freire e Maria Junqueira Schimidit, que no ano de 1934, implementaram um forte movimento de OE pelo país.

PORTO (2009) salienta que a partir do surgimento do OE é alcançada uma maior consciência a respeito da realidade do educando e de sua vida social. Anteriormente, o aluno não era percebido como parte central do processo educacional:

... O educando ocupava posição secundária no processo educacional. O sucesso era quase sempre produto da eficiência do professor, enquanto o fracasso ocorria por conta da falta de aplicação ou de aplicação inadequada, por parte do educando em relação aos estudos. Pode-se dizer, inclusive, que, arbitrariamente, todo crédito no ensino era aberto ao professor e todo débito, ao educando... (NÉRICI apud Porto, 1974)

Portanto, é apenas no início do século XX que a realidade do discente passa a ser palco de debates e o centro do processo educativo, onde o mesmo começa a receber um tratamento mais integral, compreensivo, envolvendo todos os âmbitos de sua vida de forma a valorizar suas competências, suas características e a fim de auxiliá-lo em suas dificuldades, ou seja, a OE possibilita que o aluno seja visto como um cidadão participativo, cuja finalidade da educação seria integrá-lo no meio social.

Período institucional

O período institucional, que compreende os anos de 1942 a 1960, marcado pelo respaldo legal da OE, pode ser subdividido entre funcional e instrumental (Cf. GRINSPUN, 2012). Nele começa a vigorar uma exigência legal da OE nas escolas, assim como a criação de cursos de formação para os orientadores e várias iniciativas para a disseminação desta área. A fase funcional perdura do ano de 1942 a 1950 e se caracteriza pela definição das funções do OE, recebendo por isso seu nome. Já a fase instrumental, compreendida entre os anos de 1951 a 1960, destaca-se pelo momento em que os Orientadores passam a receber apoio do Governo para a definição de suas atribuições e estímulo para o desenvolvimento desta profissão por meio de debates e simpósios sobre o tema.

A OE é definida na Legislação Brasileira somente no ano de 1942, já desvinculada da Orientação Vocacional, nas denominadas Leis Orgânicas do Ensino, no Decreto Nº 4244, (Cf. GIACAGLIA & PENTEADO, 2011). No capítulo VI do título V¹ percebe-se que em seus artigos são determinadas as funções do OE, que devem auxiliar o aluno em sua escolha profissional por meio de um trabalho integrado com a família e o docente, primando pelo sucesso escolar dos educandos e empenho destes em todas as atividades. É delimitado ainda nestes artigos a obrigatoriedade do OE somente nas escolas do ensino secundário.

Ainda no ano de 1942 foi determinado pelo Decreto Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942, a Lei Orgânica do Ensino Industrial² (Cf. NEVES E SIQUEIRA, 1979), que em seus

1 Art. 80. Far-se-á, nos estabelecimentos de ensino secundário, a orientação educacional.

Art. 81. É função da orientação educacional, mediante as necessárias observações, cooperar no sentido de que cada aluno se encaminhe convenientemente nos estudos e na escolha da sua profissão, ministrando-lhe esclarecimentos e conselhos, sempre em entendimento com a sua família.

Art. 82. Cabe ainda à orientação educacional cooperar com os professores no sentido da boa execução, por parte dos alunos, dos trabalhos escolares, buscar imprimir segurança e atividade aos trabalhos complementares e velar para que o estudo, a recreação e o descanso dos alunos decorram em condições da maior conveniência pedagógica

2 Art. 50. Instituir-se-á em cada escola industrial ou escola técnica a orientação educacional, mediante a aplicação de processos adequados, pelos quais se obtenham a conveniente adaptação profissional e social e se habilitem os alunos para a solução dos próprios problemas.

Art. 51. Incumbe também à orientação educacional, nas escolas industriais e escolas técnicas, promover, com o auxílio da direção escolar, a organização e o desenvolvimento, entre os alunos, de instituições escolares, tais

artigos 50, 51 e 52 complementam os anteriores do mesmo ano de 1942, ao incluir o exercício do OE nas escolas técnicas, apontando a importância em incentivar a autonomia dos educandos para que sejam capazes de encontrar soluções e sugestões para o desenvolvimento pedagógico das atividades escolares.

Contudo, apesar de aparecer o termo autonomia, a educação no país nesse período é bem centralizadora e autoritária, em que os discentes não possuíam muita voz. Assim, vemos que embora no decreto esteja determinado um tipo de atuação, na prática era bem diferente, sendo assumida uma função basicamente disciplinadora e assistencialista.

Vale destacar que apesar da obrigatoriedade de OE em escolas secundárias e em escolas técnicas, somente no ano de 1945 é que foi criado o primeiro curso oficial de formação de OE, na Pontífica Universidade Católica (PUC) de Campinas, em São Paulo. No entanto, na prática a presença do OE nas escolas não ocorreu conforme estava previsto em lei, o que se deve a vários fatores, sendo um deles à ausência de profissionais capacitados nessa área (Cf. GIACAGLIA E PENTEADO, 2011).

Vale acrescentar que em janeiro de 1950, o Regimento Interno dos Colégios e Ginásios Estaduais do Estado de São Paulo (Ato nº 10 de 27/1/1950) apresenta em seu Capítulo VI, no artigo 26, as competências do Orientador Educacional, dentre estas se percebe logo nas primeiras funções um atendimento voltado a um caráter profissional e propedêutico e já nos demais itens uma predominância no campo educacional e escolar. (Cf. GIACAGLIA E PENTEADO, 2011)

Ressalta-se que ainda nesta década foi realizado o primeiro concurso para a efetivação deste cargo na cidade de São Paulo. Houve uma baixa procura e apenas vinte e um candidatos foram aprovados. Apontam-se algumas suposições para explicar esse fato: baixa demanda, seja por razões relacionadas a uma insuficiência de formados em OE, ou desinteresse destes pela área, até um preparo inadequado destes profissionais (Cf. *idem*).

como as cooperativas, as revistas e jornais, os clubes ou grêmios, criando, na vida dessas instituições, num regime de autonomia, as condições favoráveis à educação social dos escolares.

Art. 52. Cabe ainda à orientação educacional velar no sentido de que o estudo e o descanso dos alunos decorram em termos da maior conveniência pedagógica.

Ainda de acordo com GIACAGLIA e PENTEADO (2011), o primeiro simpósio de Orientador Educacional em São Paulo foi realizado em 1957 com o tema “Implantação da OE nas escolas médias”, sendo realizados outros, posteriormente. As autoras complementam ainda que em função da grande participação dos Orientadores nestes encontros, foi regulamentada em 12 de março de 1958 pelo Ministério da Educação (MEC), por meio da Portaria nº 105, a função dos Orientadores Educacionais no Ensino Secundário.

As referidas autoras apontam também que em outubro de 1959, com o Decreto nº 47.038, foi detalhada a Orientação Educacional e Profissional do Ensino Industrial, cabendo ao Capítulo IV³ atribuir suas funções nas escolas determinando de maneira mais completa as atribuições do OE do que os decretos de 1942 apresentados anteriormente, visto que, apontam detalhadamente funções específicas como acompanhamento da vida escolar dos discentes, promoção de estudos dirigidos, participação na admissão de novos alunos por meio de exames, auxiliar em todo o processo educativo, realizando reuniões com os pais, grêmios com os alunos e pesquisas na área da orientação educacional.

Período transformador

Na década de 60 ocorreram mais alguns avanços institucionais na trajetória do OE, como por exemplo, o primeiro registro oficial pelo MEC deste profissional (cf. GIACAGLIA e PENTEADO, 2011). Além disso, na Lei nº 4.024 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) de 1961 foi incluído o trabalho do OE no ensino primário, que são as atuais primeiras séries do ensino fundamental.

3 Art. 82. Competirá ao orientador, além das atribuições que forem consignadas no regimento escolar:

- a) cooperar na aplicação dos exames para admissão de novos alunos e para composição de turmas ou classes;
- b) acompanhar a vida escolar dos alunos, auxiliando-os a vencer eventuais dificuldades;
- c) organizar e promover estudo dirigido;
- d) orientar, em bases pedagógicas, o descanso, a recreação e outras atividades extracurriculares;
- e) auxiliar e orientar os grêmios e associações representativas dos alunos;
- f) auxiliar a colocação dos alunos;
- g) colaborar nas pesquisas de acompanhamento dos mesmos, após a conclusão do curso;
- h) realizar estudos e pesquisa no campo da orientação educacional e profissional;

Para GRINSPUN (2012) este período possui um caráter mais educativo pelo foco no aluno e pelo direcionamento na área do OE. De acordo com a Lei 4024/61 além das transformações no enfoque da Orientação, neste momento o OE passou a centrar o aluno como foco na mudança de currículo, métodos de ensino, havendo ainda uma união da classe em seminários, congressos e debates a respeito de questões psicológicas na área do OE, além da profissionalização deste por meio da Lei 5540/48.

Uma problemática encontrada neste período refere-se à formação dos orientadores, uma vez que se passou a exigir diferentes níveis de formação para o exercício desta função de acordo com os graus de ensino. (Cf. GIACAGLIA E PENTEADO, 2011) Para a atuação no ensino primário seria exigida a formação no magistério aliada a um curso específico em OE, enquanto que para o ensino secundário seria necessário formação em nível superior, além da experiência de no mínimo três anos de magistério em qualquer grau de ensino.

Como consequência das novas exigências legais, em 1964 foi criado no Rio de Janeiro o primeiro curso de formação de Orientadores Educacionais para o ensino primário, além da realização de vários encontros e seminários a respeito desse tema ao longo dessa década (Cf. GIACAGLIA E PENTEADO, 2011). Desde então, foram estabelecidos outros aparatos legais que auxiliaram na institucionalização da OE no Brasil. Dentre eles temos: o Parecer nº 79/62, do Conselho Federal de Educação, relacionado à realização de exames para o registro de OE; Parecer nº 374/62 que versava sobre o currículo mínimo para o curso de Orientação Educativa; Portaria nº 137/62, que estabelecia a habilitação dos Orientadores; Portaria nº 159/65 que tratava sobre a duração média dos cursos de formação dos OE. (Cf. GIACAGLIA E PENTEADO, 2011)

Em 1968, a Lei nº 5.564 estabelece o exercício da função do OE, onde no 1º artigo, determina:

“A Orientação Educacional se destina a assistir ao educando, individualmente ou em grupo, no âmbito das escolas e sistemas escolares de nível médio e primário visando ao desenvolvimento integral harmonioso de sua personalidade, ordenando e integrando os elementos que exercem influência em sua formação e preparando-o para o exercício das opções básicas”

O artigo 2º. apresenta:

“A Orientação Educacional será atribuição exclusiva dos profissionais de que trata a presente lei”

Assim, percebe-se um momento de grandes transformações pelos decretos e leis no que se refere à formação do OE, mostrando uma dificuldade em definir o exercício dessa profissão e suas funções, marcando a década de 60 como palco de debates e preocupações acerca da Orientação Educacional. (Cf. GIACAGLIA e PENTEADO, 2011, p. 29).

Ainda nessa década, em 1968 foi realizado novo concurso para a efetivação dos Orientadores, alcançando um público maior do que o concurso anterior, porém um número ainda baixo, com somente 226 candidatos inscritos, dos quais 88 foram aprovados (Cf. GIACAGLIA E PENTEADO, 2011). Nota-se assim como ainda era grande a exigência para contratação desses profissionais e/ou ausência de capacitação adequada dos mesmos. Além disso, uma constante reclamação dos OE era o fato de sua atuação ser muitas vezes incompreendida pelos outros educadores das instituições, mediante a uma falta de diretrizes que regulamentassem as suas atribuições.

Vale destacar ainda que em 1968 foi regulamentada a profissão do OE com a Lei nº 5.567⁴ que dentre seus artigos vale destacar a menção ao atendimento do aluno tanto em grupo quanto individualmente, aparecendo pela primeira vez no âmbito do nível médio junto com o primário, prezando ainda pelo desenvolvimento pleno do educando, de sua formação integral e de sua personalidade.

Período disciplinador

O período compreendido entre os anos de 1971 a 1980, denominado disciplinador, é marcado pela obrigatoriedade da OE segundo a Lei nº 5.692/71 (Cf. GRINSPUN, 2012). Previsto

4 Art. 1º A orientação educacional se destina a assistir ao educando, individualmente ou em grupo, no âmbito das escolas e sistemas escolares de nível médio e primário visando ao desenvolvimento integral e harmonioso de sua personalidade, ordenando e integrando os elementos que exercem influência em sua formação e preparando-o para o exercício das opções básicas.

Art. 2º A orientação educacional será atribuição exclusiva dos profissionais de que trata a presente Lei.

Art. 4º Os diplomas de orientador educacional serão registrados em órgão próprio do Ministério da Educação e Cultura.

Art. 5º Constituem atribuições do orientador educacional além do aconselhamento dos alunos e outras que lhe são peculiares, lecionar as disciplinas das áreas da orientação educacional

no Art. 10: Será instituída obrigatoriamente a Orientação Educacional, incluindo aconselhamento vocacional, em cooperação com os professores, a família e a comunidade. Essa lei se torna um fato importante para a história do OE no Brasil, uma vez que regulamenta a existência deste no ensino de 1º e 2º grau e determina o aconselhamento vocacional em uma cooperação com a família, a comunidade e os professores. (Cf. GIACAGLIA e PENTEADO, 2011, p.32)

A profissão do OE seria regulamentada pelo decreto 72.846/73 ao indicar os caminhos a serem seguidos, que dentre seus artigos estabelecia o exercício do OE e suas atribuições:

Art. 8º São atribuições privativas do Orientador Educacional:

a) Planejar e Coordenar a implantação e funcionamento do Serviço de Orientação Educacional em nível de:

1 - Escola;

2 - Comunidade.

b) Planejar e Coordenar a implantação e funcionamento do Serviço de Orientação Educacional dos órgãos do Serviço Público Federal, Municipal e Autárquico; das Sociedades de Economia Mista Empresas Estatais, Paraestatais e Privadas.

c) Coordenar a orientação vocacional do educando, incorporando-o ao processo educativo global.

d) Coordenar o processo de sondagem de interesses, aptidões e habilidades do educando.

e) Coordenar o processo de informação educacional e profissional com vista à orientação vocacional.

f) Sistematizar o processo de intercâmbio das informações necessárias ao conhecimento global do educando.

g) Sistematizar o processo de acompanhamento dos alunos, encaminhando a outros especialistas aqueles que exigirem assistência especial.

h) Coordenar o acompanhamento pós-escolar.

i) Ministras disciplinas de Teoria e Prática da Orientação Educacional, satisfeitas as exigências da legislação específica do ensino.

j) Supervisionar estágios na área da Orientação Educacional.

l) Emitir pareceres sobre matéria concernente à Orientação Educacional.

Art. 9º Compete, ainda, ao Orientador Educacional as seguintes atribuições:

a) Participar no processo de identificação das características básicas da comunidade;

b) Participar no processo de caracterização da clientela escolar;

c) Participar no processo de elaboração do currículo pleno da escola;

- d) Participar na composição caracterização e acompanhamento de turmas e grupos;
- e) Participar do processo de avaliação e recuperação dos alunos;
- f) Participar do processo de encaminhamento dos alunos estagiários;
- g) Participar no processo de integração escola-família-comunidade;
- h) Realizar estudos e pesquisas na área da Orientação Educacional.

Ratificam-se as mudanças trazidas por esse decreto em relação aos anteriores, que versavam acerca da função do OE em ajustar o aluno à vida escolar e auxiliá-los em suas dificuldades, enquanto que neste momento é elucidada a orientação vocacional aos estudantes, devendo ser considerado seus interesses, aptidões e habilidades, ou seja, objetiva-se um conhecimento global do aluno, não mais ajustá-lo aos moldes da instituição e sim, caracterizá-lo como parte integrante e fundamental do processo de ensino-aprendizagem.

Apesar da obrigatoriedade do OE nas escolas percebe-se como é complexo colocar em prática a Lei, considerando uma precariedade nos recursos e uma formação inadequada deste profissional. Assim, ao final da década de 70 identifica-se um momento crítico no cenário educacional em que começa a serem debatidas as responsabilidades da escola, do seu papel e de sua falta de comprometimento com o real sentido da educação.

Há ainda nesta década, um deslocamento na maneira de analisar as relações internas travadas na instituição para uma compreensão mais ampla a respeito dos aspectos sociais, trazendo-os para o interior da escola, questionando-se dessa forma, qual a finalidade dos serviços oferecidos neste ambiente (Cf. GRINSPUN, 2012).

Período questionador

Em seguida, entra em cena o Período questionador na década de 1980, que é quando mais se questiona a educação, a formação e a prática realizada, trazendo mudanças tanto na escola quanto na Orientação Educacional. (Cf. GRINSPUN, 2012). Essa década se configura como um momento de grandes mudanças tanto no cenário educacional quanto no campo da OE, surgindo vários cursos e atividades que buscam integrar o trabalho dos orientadores com o currículo

escolar e com o trabalho dos supervisores, uma vez que a OE começa a almejar uma participação no planejamento escolar, tendo como objetivo primordial o desenvolvimento do aluno, importando-se assim com questões relacionadas à realidade deste, aspectos sociais como o aluno trabalhador, entre outros.

A década de 80 foi um cenário bastante conturbado em que diversas problemáticas dificultaram o avanço da OE no espaço educacional, dentre as quais vale destacar: o não cumprimento da Lei Federal nº 5.692/71 que regulamentou a obrigatoriedade dos OE nas escolas; a ausência de concursos públicos nessa área; o preparo inadequado nos cursos de OE; os questionamentos na atuação e concepção pedagógica dos OE; a desvalorização e desconhecimento das funções desse profissional, dentre outros. (Cf. GIACAGLIA e PENTEADO, 2011).

Por outro lado, GRINSPUN (2012) ressalta que esse período também é marcado pelo fortalecimento da categoria dos OE em sindicatos, pela relação destes com outros profissionais da educação, bem como da relevância do papel do OE em suas dimensões pedagógicas e políticas, levantando novas possibilidades de atuação e concepções.

Período Orientador

Com a chegada dos anos 90 se inicia o último período denominado como Orientador, pois é quando surge uma “orientação” propriamente dita do trabalho do OE (Cf. GRINSPUN, 2012). Isso significa dizer que se entende a Orientação Educacional em seu sentido mais real, que seria o de conduzir, guiar o educando em seu caminho, além de auxiliar e acompanhar o trabalho docente. Vários questionamentos também ocorreram a partir de 1994 à respeito da continuidade desse profissional, de sua prática e da sua existência nas escolas. Diante disso, torna-se necessária uma reconfiguração da leitura que se faz do contexto educacional, social e político em que está inserido o OE.

Neste sentido, a autora levanta algumas razões relacionadas a importância da permanência deste nas instituições de ensino, como por exemplo, o fato da orientação estar intimamente ligada com a educação desde suas origens, tendo em vista que a ação de educar consiste em orientar,

guiar a construção do conhecimento; outro motivo é a relevância do conhecimento trazido pelos OE para auxiliar o trabalho do docente, para humanizar as relações sociais produzidas no processo educativo e dar um novo sentido a realidade dos educandos a partir da interação entre os sujeitos. A Orientação seria a mediadora entre a prática pedagógica e os diferentes contextos sociais, valores, sentimentos que envolvem os discentes. Portanto, sendo este um momento de redefinição da função e lugar do OE (Cf. GRINSPUN, 2012, p. 41)

Partindo desta nova concepção, GRINSPUN entende que:

“O papel do orientador educacional na dimensão contextualizada diz respeito, basicamente, ao estudo da realidade do aluno, trazendo-o para dentro da escola, no sentido da melhor promoção do seu desenvolvimento. A orientação Educacional, como abordamos, não existe para padronizar os alunos nos paradigmas escolhidos como ajustados, disciplinados ou responsáveis. O importante é a singularidade dentro da pluralidade, do coletivo” (GRINSPUN, 2012, P. 44)

Isso traz uma nova gama de aspectos e temáticas a serem levantados por este profissional que se aproxima mais neste momento do processo pedagógico de sua atuação, preocupando-se com a interdisciplinaridade, intersubjetividade, o diálogo entre diferentes culturas, linguagens, representações e a formação do aluno como cidadão, revelando o mesmo com um ser ativo e detentor de sua voz. (Cf. GRINSPUN, 2012)

GIACAGLIA e PENTEADO (2011) apontam que com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 a presença do OE nas escolas deixa de ser obrigatória, sendo somente mencionado pela Lei, no que se refere ao Orientador Educacional, pelo artigo 61. Neste consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são: Capítulo II - trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas.

Já no Art. 64 se estabelece que “A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional”.

Diante disso, a presença deste profissional nas escolas vai desaparecendo, assim como se desvaloriza a sua importância, passando a delegar funções ao Coordenador Pedagógico (CP), que antes seriam restritas ao OE, imaginando-se que este poderia ser substituído por qualquer outro profissional de educação, por razões políticas ou econômicas e ainda por desconhecerem a especificidade do trabalho do OE, que é diretamente ligado ao aluno (Cf. GIACAGLIA E PENTEADO, 2011)

Depreende-se como é complexa a divisão histórica em que está inserida a Orientação Educacional, sendo a sua trajetória perpassada por diversas denominações, que podem ser classificadas seja pelo período histórico ou por termos como Institucional, Transformador, Questionador, Disciplinador, Orientador, bem como características e aspectos que estão ligados de acordo com cada período, já que, ao longo dos anos foi se modificando a percepção do OE tanto dentro quanto fora do contexto escolar.

Os estudos de GIACAGLIA e PENTEADO (2011) e de GRINSPUN (2012) buscam explorar a trajetória da atuação do OE em seus diferentes períodos históricos, trazendo à baila os seus questionamentos, atribuições, concepção de aluno e de educação, que devem ser voltadas à realidade e ao contexto em que estão inseridos, além de ressaltar a importância da prática deste profissional para o processo educativo, sobretudo por meio de uma perspectiva interdisciplinar e integrada com todos os profissionais da educação e a comunidade escolar.

Do mesmo modo, sua importância pôde ser respaldada pelas diretrizes e leis que foram sendo criadas e regulamentadas, possibilitando que paulatinamente fosse sendo compreendido pelos outros profissionais a necessidade e contribuição do papel deste na formação do aluno enquanto sujeito dotado de especificidades e aspectos que somente com o trabalho integrado da Orientação Educacional com toda a comunidade escolar podem ser considerados e valorizados no processo educativo.

Além disso, por meio das críticas realizadas pelos especialistas na área e levantadas nesta pesquisa, pode-se refletir sobre os acontecimentos que cercam o surgimento e a implementação do OE, visto que nem sempre o que estava determinado em Lei era colocado em prática, dentre os quais destacamos a presença dos mesmos nas escolas, assim como a substituição dos Orientadores por outros profissionais como o CP, pela falta de compreensão das devidas funções

de cada um, pela falta de formação adequada, pelo baixo número de profissionais na área, pela desvalorização e diversas mudanças de paradigmas a respeito das atribuições do OE.

2. O Lugar do OE nas escolas hoje: questões em debate

Neste capítulo são exploradas as questões em debate acerca do OE nas escolas atualmente, identificando os principais pontos discutidos e apontados pela literatura estudada. Assim, algumas questões podem ser levantadas como: qual deve ser a formação de um OE? É relevante que ele tenha uma experiência enquanto docente antes de ser OE? Quais deveriam ser hoje suas atribuições e funções? Ainda faz sentido a orientação vocacional? Todas essas indagações levarão em consideração os decretos já explicitados no capítulo anterior, que ajudarão a dialogar com os autores.

2.1 – A importância da experiência docente

A experiência docente era um dos pontos a serem analisados nesta pesquisa, por ser considerada fundamental para a prática do OE, visto que a exigência de experiência enquanto professor em alguns concursos para OE reforça a hipótese de que essa seria uma dimensão importante no exercício da função. Além disso, desde os anos 2000, o OE passa a fazer parte do planejamento escolar, participando ativamente do currículo ao ressaltar questões centrais dos educandos, como a realidade vivenciada pelos mesmos, aspectos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem e a sua formação como cidadão. (Cf. GRINSPUN, 2012).

Nesse sentido, a experiência docente poderia contribuir para que o OE atingisse melhor seus objetivos na função, tendo em vista que as informações trazidas pelo exercício enquanto professor a respeito dos processos pedagógicos, as características cognitivas, psicomotores e sociais dos alunos são relevantes para que todos esses profissionais da educação possam auxiliar na formação intelectual dos discentes, solucionando possíveis dificuldades de aprendizagem e preparando-os para a vida profissional.

No entanto, identificou-se que a importância desta experiência docente não é aprofundada pela literatura estudada, não sendo possível, portanto, confirmar a hipótese inicial. Vale dizer que a mesma é mencionada quando é abordada a formação do OE, privilegiando-se a formação em Pedagogia, sobretudo no que se refere aos concursos que exigem esta experiência, o que não são todos.

Apesar disso, alguns autores levantam essa questão como PORTO (2009) que defende a formação nos cursos de Pedagogia e ressalta a relevância da experiência docente na formação do OE. Assim, problematiza, como alguém que não passou nem pelas Escolas Normais está habilitado a ser OE? Tendo em vista que, como será visto em seguida, atualmente é possível que licenciados de outros cursos possam se formar na área da Orientação com cursos de especialização. Por isso, “Como professora de curso de Pós-Graduação em Orientação Educacional, percebo que falta a vivência, a experiência daquele que foi ou é professor das séries iniciais” (PORTO, 2009, pg. 63).

A percepção de que a relação docente é influenciada pelas relações sociais travadas dentro e fora do espaço educacional favorecem a compreensão de que o processo pedagógico vai muito além do âmbito em sala de aula, sendo permeado pelas características intrínsecas a realidade vivida pelos discentes. (Cf. PLACCO, 1994). Nesse sentido, o papel do OE é essencial, tendo em vista que,

“O OE como educador co-responsável pela organização e mediação dessas relações sociais na escola, como coordenador de uma análise crítica de realidade social, como co-responsável ainda pela busca de alternativas de ação para a transformação da realidade, a partir do trabalho docente, poderia e deveria ter um papel preponderante...” (PLACCO, 1994, pg. 36)

Ou seja, mediante uma atuação a priori como docente, o OE se torna mais capacitado para compreender como se dão as relações sociais entre os sujeitos na escola, os conflitos inerentes produzidos nesse meio, além das percepções e sentimentos experimentados. A partir desse conhecimento, o OE poderia contribuir para melhorar a relação entre os professores e os alunos, facilitando assim também a aprendizagem.

A respeito da Legislação que determina esta experiência, conforme o Parecer nº 867/72 um dos pré-requisitos para o exercício profissional do OE é experiência mínima de um ano como docente, , porém, nem todos os concursos incluem essa exigência.

Aparece a referida exigência em outras Legislações como por exemplo, a Lei complementar nº 114 de 13 de novembro de 1974 que trata do Estatuto do Magistério de 1º e 2º grau do Estado de São Paulo, que em seu art. 19 - Para provimento dos cargos integrantes da carreira do Magistério estabelece que serão exigidos os seguintes requisitos mínimos:, determina:

“IV -Orientador Educacional: ser portador de habilitação específica obtida em curso superior de graduação correspondente à licenciatura plena e ter experiência docente mínima de 3 (três) anos na Carreira do Magistério;”

No entanto, passou a se exigir apenas um ano de experiência no magistério, ao invés de três anos, pelo Parecer nº 867/72. (Cf. GRINSPUN, 1992). Contudo, não é mencionado pela autora por quais motivos ocorreu essa alteração e nem a respeito dessa experiência ser importante ou não.

Temos ainda no art. 67 do Título VI da LDB Nº9394/96: “§ 1º A experiência docente é pré-requisito para o exercício profissional de quaisquer outras funções de magistério, nos termos das normas de cada sistema de ensino”. Contudo, não é determinado tempo mínimo de experiência como nos outros pareceres.

Portanto, há ainda poucas considerações acerca desta temática, o que gera uma lacuna nos estudos sobre a relevância da experiência docente, uma vez que, os autores não aprofundam este tema, levando a um questionamento sobre que tipo de formação é esta que os profissionais da educação recebem atualmente, visto que, para a prática do OE é exigido em alguns concursos a experiência como docente, conforme está previsto pela Legislação, no entanto, torna-se difícil explicar a falta de literatura sobre a relevância desta experiência.

Além disso, como será visto no próximo capítulo, o edital de 2015 do município de Caxias não exige esse requisito, o que leva a outras problematizações, como qual conceito de educação e qual definição de OE estão sendo considerados pelas bancas organizadoras para a área educacional

2.2 – A Formação do OE

O Orientador Educacional é concebido atualmente como parte integrante da comunidade escolar, devendo trabalhar de forma integrada com o docente, sabendo da contribuição deste para o desenvolvimento do aluno. (Cf. GRINSPUN, 2012)

Percebe-se uma grande indefinição no tipo de formação a ser exigido na trajetória do Orientador Educacional ao longo dos anos, havendo várias mudanças nas determinações

orientadas pelos Decretos, o que pode estar ligado ao período histórico de cada momento e às suas respectivas atribuições. Diante disso, este tópico buscou identificar alguns aspectos principais para a formação do OE, mediante a literatura na área, dentre os quais, aparecem a possibilidade de formação em curso superior ou em nível de pós-graduação, em cursos de especialização para oriundos do curso de Pedagogia ou de qualquer licenciatura e uma diferenciação para os OEs que trabalham no primeiro grau e 2º a relevância de uma formação mais teórica ou prática, mais reflexiva e próxima da realidade escolar e é apresentado ainda neste estudo, os conteúdos e conhecimentos a serem trabalhados

Em GRINSPUN (1992) e GRINSPUN (2012) a formação deste profissional é mencionada de acordo com os períodos históricos vivenciados, que trazem as alterações e avanços na implementação e regularização do OE. Como já foi visto, o primeiro curso de OE oficial foi criado somente em 1945 pela Universidade Católica de Campinas, como forma de atender a Lei Orgânica do Ensino Industrial e Ensino Secundário de 1942 que determinava pelo art. 83 que “o Orientador Educacional deve ter formação em cursos apropriados de preferência de ensino superior” (Cf. GRINSPUN, 1992)

. Assim, o primeiro ponto relevante desta formação é o seu nível de escolaridade exigido. Quanto a isso, GIACAGLIA e PENTEADO (2011) defendem que a formação do OE deve ser realizada em curso de pedagogia com habilitação específica em OE, por outro lado em PORTO (2009), o futuro OE pode ser formado tanto em nível de graduação em Pedagogia quanto em nível de pós-graduação, conforme determina a LDB 9394/96.

Por meio da Lei Nº 5.540 de 1968 o lócus de formação do OE é voltado especificamente a um nível de ensino, visto que é determinado pela lei que, “a formação dos especialistas destinados ao trabalho ou planejamento, supervisão, administração, inspeção e orientação, no âmbito das escolas e sistemas escolares, seja realizada em curso superior”. Assim, passando a oferecer o curso em nível de graduação. (Cf. GRINSPUN, 1992). Contudo, por meio do Parecer nº 734/69 altera-se a habilitação para os níveis tanto de graduação quanto de pós-graduação.

“... o Orientador Educacional poderá ser formado em nível de graduação, como habilitação do curso de Pedagogia, ou de pós-graduação. No primeiro caso, será o curso ministrado em duração reduzida, com aproveitamento de estudos, ou em duração completa, conforme os candidatos sejam ou não licenciados” (GRINSPUN, 1992, pg. 107)

Nota-se que este Parecer ratifica o Decreto anterior buscando uma flexibilização na oferta para os cursos de formação ao oferecer a opção de nível em pós-graduação. Porém, encontrou-se outra controvérsia no que diz respeito a diferenciação acerca dos níveis de formação para o 1º e 2º grau, uma vez que para a atuação no ensino primário seria exigida a formação no magistério, nas escolas normais e aliada a um curso específico em OE, enquanto que para o ensino secundário seria necessária formação em nível superior, além da experiência de no mínimo três anos de magistério em qualquer grau de ensino (Cf. GIACAGLIA e PENTEADO, 2011).

Isso traz diversas discussões que nos fazem refletir sobre as razões de se exigir uma formação mais complexa para o Ensino Secundário, como se um grau fosse mais importante do que o outro e por isso, deveriam existir diferenças teóricas para a formação no ensino de um e de outro, o que não é verdade, pois, uma das mudanças no 1º e 2º grau é a diversidade dos educandos e os significados produzidos pelo processo educacional que possuem enfoques diferenciados.

Pode-se dialogar com GRINSPUN (1992) ao afirmar que, “... privilegiava-se muito mais a formação do Orientador para as últimas séries do 1º e 2º graus, e não para as séries iniciais. Nota-se inclusive que a Lei nº 5.692/71 trata da obrigatoriedade da Orientação com aconselhamento vocacional...” (GRINSPUN, 1992, pg. 108).

Essa diferenciação pode revelar uma tentativa em selecionar profissionais mais qualificados ao Ensino Secundário, exigindo-se uma formação mais aprofundada e assim restringir a ocupação de profissionais menos experientes.

Contudo, os conhecimentos dos Orientadores Educacionais devem ser os mesmos, em vista de uma formação comum a todos os níveis, uma vez que seria impensável encontrar OE capacitado com tipos diferentes de exigência profissional quando o número de profissionais formados na área e de maneira adequada já era reduzido. Este entrave foi superado pelo Decreto 72.846/73 que como vimos, regulariza a profissão do Orientador Educacional. (Cf. *idem*). No entanto, isso muda com a Lei nº 5.564/68 que prevê o exercício da profissão do OE, pois, a sua formação passa a ser realizada no curso de Pedagogia, tanto para o 1º e 2º grau, com habilitação

em Orientação Educacional e em nível de pós-graduação são oferecidos cursos de especialização para os licenciados de qualquer licenciatura. (Cf. GRINSPUN, 1992).

Um ponto subsequente é a formação teórica e prática do OE e a valorização de uma prática reflexiva, humana. Uma vez que, diante do cenário educacional atual em que a formação dos educadores é cada vez mais discutida e revista, destaca-se o quanto é preciso considerar a contribuição da prática docente e de uma formação específica em Pedagogia para que os OE atuem mais conscientes das condições envolvidas no processo de ensino-aprendizagem, uma vez que lhes faltará vivência e experiência tanto com as variáveis em sala de aula quanto com o ambiente escolar como um todo.

Neste sentido, duas autoras são fundamentais para a defesa de uma formação teórica e prática. Cujo quais, PLACCO (1994) e GRINSPUN (1992) seguem a mesma linha em propor uma formação política, humana e técnica ao OE, ou seja, defendem conhecimentos mais práticos a esses profissionais, indicando que teoria e prática devem estar sempre ligadas.

No entanto, percebe-se que PLACCO (1994) vai além disso, visto que, aponta não só uma atuação mais humana, como também mais reflexiva, partindo de um ideal reflexão-ação-reflexão, que diz respeito a capacidade em refletir sobre sua prática, tomando decisões e em seguida refletindo novamente se obteve sucesso ou não, ou seja, atuar constantemente em mudanças que sejam necessárias. Nesta ótica, ressalta-se um saber fazer compromissado, centrado e qualificado. Assim, “a competência técnica, proveniente de uma formação adequada e de uma prática bem efetivada, deve ser imprescindível a todos os Orientadores”. (GRINSPUN, 1992, pg. 110).

Esta ideia nos mostra um papel do OE que reflete como deve ser direcionada a sua prática, no tocante ao seu compromisso a ser assumido em seu trabalho, percebendo assim a importância da sua profissão no ambiente escolar, devendo desempenhar, portanto sua função de maneira centrada e qualificando-se cada vez mais por meio da articulação entre a teoria e prática.

Ainda neste ponto, para uma formação mais aprofundada e voltada a prática escolar, também é exigido aos futuros OE que façam estágio na área. Entretanto, estes estágios supervisionados não são capazes de oferecer formação completa ao OE, uma vez que não é possível incluir o estagiário em todas as atividades desenvolvidas na escola, restringindo sua atuação ao serviço de Orientação, isso significa dizer que o conhecimento desse futuro

profissional abrangeria somente um lado do processo pedagógico, não possuindo uma visão mais completa dos aspectos educacionais e nem as situações vivenciadas pelo docente em seu cotidiano. (Cf. GIACAGLIA e PENTEADO, 2011).

Destarte, por esta crítica das autoras a organização do currículo, é possível analisar que a ausência de experiência com os docentes nestes estágios interfere negativamente na qualificação profissional do OE, retomando a questão que foi discutida no início deste capítulo sobre a possível contribuição do exercício da docência para a prática no serviço de Orientação Educacional.

Em relação a ótica da formação mais próxima da realidade escolar, que é vista de maneira interligada a atuação reflexiva, a autora GRINSPUN, (1992) apresenta alguns Congressos como o de Fortaleza, em 1982; o de Brasília, em 1984; o de Florianópolis, em 1986 e o do Rio de Janeiro, em 1988. Os referidos congressos defendem uma formação voltada a realidade escolar, partindo da visão de uma sociedade que está em crescente transformação. Torna-se, então, indispensável ao OE fundamentar sua prática nesse sentido, em uma atuação reflexiva e pautada cientificamente e que ainda seja coerente com suas aspirações. (Cf. GRINSPUN, 1992).

Observa-se pontos em comum nesta concepção com as ideias trazidas por PORTO (2009), que destaca a importância de uma formação reflexiva e voltada ao compromisso com as especificidades do cotidiano escolar, ao mesmo tempo em que siga uma determinada coerência, estando a favor das mudanças necessárias em seu ambiente. GRINSPUN (2012), complementa que essa formação esteja voltada a uma prática em constante transformação e aperfeiçoamento, concordando com PORTO (2009) acerca da valorização de estar atento em realizar possíveis mudanças em sua atuação profissional, além de ressaltar a compreensão da realidade escolar.

Referente aos conteúdos e conhecimentos a serem adquiridos pelo futuro OE, GRINSPUN (1992) afirma que a partir de uma fundamentação epistemológica, é que os objetivos propostos pela Orientação Educacional podem ser alcançados. Quanto a isso, percebe-se que a autora deseja apontar os caminhos da OE, ratificando a valorização de um embasamento científico, ou seja, uma prática fundamentada nos saberes científicos. Destaca-se no V congresso Brasileiro de OE em Curitiba no ano de 1978, algumas problemáticas a serem superadas:

“inadequação do currículo em relação à formação do profissional, falta de integração e insuficiência de carga horária; desarticulação do curso com a realidade de

suas disciplinas entre si e das mesmas com o estágio; despreparo do aluno que ingressa nas Faculdades de Educação” (GRINSPUN, 1992, pg. 109)

GIACAGLIA e PENTEADO (2011) apontam também a necessidade de um embasamento empírico, citando que uma fundamentação teórica desejada deveria contemplar as áreas de Filosofia e Ciências da natureza, pois, são importantes para a formação do OE. A autora GRINSPUN (2012) complementa com outros conhecimentos que também devem fundamentar a prática do OE, como: Fundamentos Sociológicos da Educação, Psicologia e Biologia Educacional, Administração Escolar e Teoria e Prática da Orientação Educacional. Além destas, outros conhecimentos também são importantes valendo citar a Antropologia, Ciências Políticas, Metodologia e Pesquisa em uma abordagem qualitativa, História da Educação e História do Brasil.

Desse modo, esses conteúdos apontam para a visão de que a prática do OE deve ser calcada em uma concepção empírica que leve o profissional a refletir e revisar constantemente a sua atuação, não se deixando levar pelo senso comum. Concomitantemente, a questão da realidade escolar é de fundamental importância, visto que, é defendida por vários autores, como já foi citado acima.

Nota-se ainda, como é imprescindível aos futuros OEs terem um conhecimento amplo a respeito de todas as temáticas atuais para que assim possam desempenhar sua função com mais seriedade e competência, ou seja, levar informação aos discentes sobre tudo que envolve o seu cotidiano, não obstante ajudá-lo a construir sua própria visão a partir desta realidade, uma vez que, sabemos o quanto a mídia e a sociedade podem influenciar os jovens, fazendo com que internalizem concepções deturpadas e que não se aplicam a sua vida.

2.3. Funções, atribuições e a orientação vocacional

Foi visto em GRINSPUN (2012) que a Orientação Educacional possuiu diversas atribuições e funções ao longo de sua trajetória que marcaram os respectivos períodos históricos pelas mudanças em seu enfoque e na maneira com que percebia o papel deste profissional.

GRINSPUN (1992) apresenta o OE como um sujeito ativo na realização do projeto político pedagógico da escola, além de participar na organização de uma nova escola, por isso, a Orientação deve ir ao encontro dos objetivos sociopolíticos da escola. A autora relata que a atuação do OE deve ser no sentido de incentivar a participação dos discentes nas tarefas escolares. E que deve ter autonomia na tomada de decisões e de escolhas, estimulando o pensamento crítico e reflexivo, além de promover o trabalho coletivo e a participação em grêmios e ações sociais, de maneira que compreendam os processos envolvidos na realidade em que estão inseridos.

Assim, o OE acompanha o aluno no intuito de desenvolver seu aspecto social, moral, cultural e pessoal. Do mesmo modo, também é apontado por PLACCO (1994) que uma das funções do OE é auxiliar na construção de um projeto educacional relevante para a realidade escolar.

Há uma concepção contemporânea que concebe o aluno como centro do processo pedagógico. Este é um grande avanço para o cenário educacional, já que não considerava as vontades e os interesses dos alunos. Diante disso, seria hoje função do OE se dedicar não só a quem apresentar dificuldades, mas a todos os educandos. Assim, atualmente a tarefa do OE vai muito além de superar os problemas trazidos pelos alunos, mas, sobretudo, desenvolver suas habilidades e despertar seus interesses, aptidões em uma prática que visa analisar todo o processo pedagógico e os sistemas de avaliação.

Sabendo que as metodologias de ensino podem influenciar no sucesso escolar, devem, portanto, ser analisadas na prática do OE. (Cf. PASCOAL; HONORATO; ALBUQUERQUE, 2008). Paralelamente a isso, a definição de NEVES e SIQUEIRA (1979) se relacionam com essa função de desenvolver e aprimorar as características dos alunos, visto que as autoras percebem o OE como um especialista que busca orientar os discentes numa ótica globalizante e apresentar as suas particularidades de maneira individual ao docente, a fim de propiciar ao aluno um aperfeiçoamento de suas capacidades e habilidades.

Ainda sobre essa prática que envolve todo o processo educacional, PLACCO (1994)⁵ contempla de outra forma, compreendendo a sincronicidade existente no processo de ensino-aprendizagem, afirmando o seguinte sobre as funções do OE:

“...Deveria envolver a sincronicidade e a busca de sua consciência, como um referencial a partir do qual houvesse a formação de educadores que se pusessem de um trabalho integrado na unidade escolar, sem perder de vista a especificidade deste e sua relação com o sistema social mais amplo” (PLACCO, 1994, pg. 32)

Neste sentido, futuros OE devem “ser capazes de elaborar projetos de intervenção objetiva, sistemática e crítica, no meio educacional, projetos estes de aperfeiçoamento de professores, no questionamento de sua sincronicidade em sua prática”. (Cf. PLACCO, 1994).

Assim, na visão de PLACCO (1994), os OE devem mediar o trabalho docente de forma integrada e assumir um compromisso com a transformação social, o que PASCOAL, HONORATO e ALBQUERQUE (2008) denominam por um trabalho coletivo que envolve os professores, direção, família e comunidade escolar.

O primeiro ponto nesse trabalho integrado defendido pelas autoras é a relação do OE com os professores, que também é proposto por PLACCO (1994) e GIACAGLIA e PENTEADO (2011) auxiliando na construção do projeto político pedagógico e preocupando-se com questões referentes à evasão e repetência, os recursos materiais e físicos do ambiente escolar, além de levar o docente a refletir sobre sua prática e considerar a realidade dos educandos. Nota-se que diferentemente de GRINSPUN (1992) que aponta para uma atuação mais pedagógica, PASCOAL, HONORATO e ALBQUERQUE (2008) concebem funções que perpassam tanto aspectos pedagógicos quanto burocráticos, que envolvem analisar entre outros, a frequência de alunos e o uso de materiais de trabalho.

No que tange a direção escolar, as questões a serem trabalhadas pelo OE estão ligadas principalmente a distribuição dos professores em turmas, aos números de alunos em sala de aula, aos horários de merenda, a recreação e as atividades complementares. (Cf. PASCOAL,

5 Pesquisadora e atuando como formadora de futuras orientadoras há 20 anos, PLACCO (1994) possui um vasto conhecimento nesta área, contribuindo, portanto, para a compreensão a respeito de uma formação mais crítica e transformadora do OE, tornando sua prática reflexiva, de maneira a intervir no processo educacional e atuando diretamente com o corpo docente, os pais e a comunidade escolar.

HONORATO e ALBUQUERQUE (2008). Vale mencionar que apesar das funções de OE e Coordenador Pedagógico se aproximarem um pouco neste aspecto, ainda assim, é defendido pelos autores que cada profissional cumpra suas atribuições, uma vez que, enquanto o OE organiza o processo educativo, o seu enfoque é melhorar os meios para que o educando possa se desenvolver plenamente, não deixando por exemplo, que elementos como lotação de turma possam interferir negativamente. Por sua vez, a função do CP está mais ligada principalmente as necessidades dos professores, quais sejam: a metodologias de ensino e o planejamento didático.

Percebe-se que neste aspecto a Orientação Educacional possui um trabalho mais burocrático junto à direção, ao auxiliar na tomada de decisões envolvendo a infraestrutura da escola. Por outro lado, as funções junto aos alunos e docentes dizem respeito a um trabalho mais didático e pedagógico, dependendo do enfoque a ser trabalhado, em que na concepção de GRINSPUN (2012) um trabalho didático seria auxiliar o aluno no processo educacional, tendo como objetivo o desenvolvimento de sujeitos críticos e participativos e condizentes com seus direitos e deveres, além de melhorar o relacionamento entre professor e aluno, trabalhando sob a perspectiva da afetividade ao ressaltar os processos cognitivos pelos quais os indivíduos perpassam.

PASCOAL, HONORATO e ALBUQUERQUE (2011) dialogam com GRINSPUN (1992) analisando que o OE atua na organização do processo educativo, junto com a equipe de gestão, prezando por um ambiente saudável, facilitador e ético, desse modo, busca integrar todos os profissionais, direção, alunos, família e comunidade. (Cf. PASCOAL; HONORATO; ALBUQUERQUE, 2008). Sua função também é definida como:

“Como membro do corpo gestor da escola, cabe ao orientador educacional participar da construção coletiva de caminhos para a criação de condições facilitadoras e desejáveis ao bom desenvolvimento do trabalho pedagógico”. É um profissional que participa de todos os momentos coletivos da escola, na definição de seus rumos, na elaboração e na avaliação de sua proposta pedagógica, nas reuniões do Conselho de Classe, oferecendo subsídios para uma melhor avaliação do processo educacional. Desta forma, é necessária a discussão sobre a natureza da vida escolar, em que todos os integrantes da equipe pedagógica escolar "questionem criticamente o currículo existente na escola, o currículo oculto, o aparelho político em todos os níveis, a forma e o conteúdo dos textos escolares e as condições de trabalho que caracterizam escolas específicas". (GIROUX apud PASCOAL, HONORATO, ALBUQUERQUE, 1987, p. 48)

GRISNPUN (1992) analisa que o OE deve se relacionar com os funcionários da escola, com os pais e com a comunidade escolar, ajudando a construir a identidade profissional destes funcionários. É valorizada assim, a sua importância para o desenvolvimento da instituição, além de, procurar aproximar os pais da cultura escolar, estimulando a participação nos planejamentos e no projeto político pedagógico.

Nesse aspecto PASCOAL, HONORATO e ALBUQUERQUE, (2008) também concordam que o objetivo é aproximar os pais da escola, porém, contemplam essa questão indicando caminhos para essa interação, dentre os quais vale destacarmos: os eventos culturais, as reuniões e outras situações que facilitem a comunicação e o diálogo entre os responsáveis e a escola. Ou seja, defendem o quanto é importante a interação da família com as ações pedagógicas desenvolvidas, estando sempre presente no aprendizado de seus filhos.

Referente ao OE e a comunidade, a sua atuação é essencial para que a escola abra suas portas para questões que interfiram na vida da comunidade, promovendo debates que interessem tanto os pais quanto os alunos, com temáticas que estão postas em seu cotidiano. Cabe ao OE participar da luta de sua comunidade escolar, devendo para isso conhecer seus anseios, dificuldades, reclamações e desejos. Sendo a escola um espaço cultural e de formação, a Orientação Educacional deve atuar voltada a criar condições para que todos os agentes envolvidos dialoguem entre si, por meio de uma gestão mais participativa e que, compartilhem suas experiências e seus padrões culturais.

Diante disso, é imprescindível ao OE ter a comunidade como sua aliada, uma vez que o que lhe atinge também interessa a escola, sendo os sujeitos que nela vivem capazes de transformar e melhorar sua condição de vida. (Cf. PASCOAL, HONORATO e ALBUQUERQUE, 2008).

Outras autoras também se posicionam de maneira parecida com esta integração entre os profissionais e a família, como NEVES e SIQUEIRA (1979), que apresentam o OE como um elo entre aluno, escola, família e comunidade, posto que é função deste profissional manter um bom relacionamento com todos os sujeitos envolvidos no processo educativo, cooperando em todas as atividades escolares, prezando sempre pelo desenvolvimento dos alunos. Assim, complementam que cabe ao OE realizar entrevistas, encontros, reuniões, debates, trabalhos em grupo ou qualquer

evento que promova a integração entre a comunidade escolar e o corpo docente e discente, levantando ainda informações a respeito de aspectos relevantes como os físicos, psicológicos, morais, sociais e mentais. Ou seja, um conjunto de dados sobre os alunos que ajudam o OE a compreender melhor a realidade em que estão inseridos e assim atuar com mais precisão.

Outra função desempenhada pelo OE que é caracterizada por muitos autores desde suas origens refere-se ao aconselhamento vocacional, que nas palavras de PORTO (2009) tem sido a atuação central do OE, “com o objetivo primeiro de orientar os estudantes para uma escolha profissional adequada à inserção no mercado de trabalho, isto é, como um direcionamento para a orientação profissional”. (PORTO, 2009, pg. 48).

Esta função vem ligada a orientação profissional que na visão de GIACAGLIA e PENTEADO (2011), concerne em apresentar ao aluno novas formas de trabalho, auxiliá-lo em sua escolha profissional, visando assim o sucesso escolar. Enquanto essas autoras defendem uma atuação mais ligada à orientação profissional, GRINSPUN (1992) segue uma linha mais pedagógica, tendo em vista seu entendimento de que o OE deve se preocupar com a formação do aluno como cidadão, dialogando com diferentes culturas, linguagens e representações, bem como, considerar a interdisciplinaridade e intersubjetividade fatores essenciais ao processo de ensino-aprendizagem. No entanto, um ponto em comum entre GRINSPUN (1992) e GIACAGLIA e PENTEADO (2011) é de que o OE deve incentivar a participação dos educandos em todas atividades escolares.

Assim, percebe-se que é defendida por GRINSPUN (1992) uma atuação mais pedagógica do que apenas burocrática, como era realizada antigamente, quando por exemplo apenas se controlava o índice de faltas e evasão, além de um trabalho de disciplinamento e controle dos alunos considerados problemáticos e seu ajustamento às normas da escola.

Além disso, destacam-se funções dos OEs referentes ao planejamento, a coordenação, a sistematização, ao aconselhamento, a mediação, a complementação e a investigação. Sendo a mediação relacionada ao ato de intermediar as funções próprias da Orientação com as atribuições no que concerne a escola, enquanto que pela concepção complementadora, o OE complementa o processo educacional na medida em que compreende as melhores formas de auxiliar o desenvolvimento do educando, resolvendo suas problemáticas e melhorando seu desempenho e a

função investigadora seria o estudo realizado por este profissional para que seu trabalho alcance os objetivos propostos, para isso, investiga, analisa e pesquisa em sua área. (Cf. GRINSPUN, 1992)

Outro aspecto do Orientador se refere ao seu papel como “prestador de serviços” (Cf. PORTO, 2009). A autora analisa que o OE passou a possuir a responsabilidade em resolver todos os problemas dos alunos, tornando-se a solução para as situações. Assim, de acordo com esta perspectiva, o OE deveria auxiliar o professor, os alunos, as famílias e a comunidade escolar, a partir de uma concepção assistencialista, bem diferente de uma atuação pedagógica como foi apresentada acima, uma vez que na visão assistencialista o foco não é desenvolver e sim cuidar das necessidades dos estudantes no tocante as características sociais, psicomotores, cognitivas e afetivas.

Observa-se que esta função assumida pelo OE se encontra presente hoje em muitas escolas, em que alguns docentes quando não sabem lidar com seus alunos e seus problemas, os direcionam ao Serviço de Orientação (SOE) para que assumam a responsabilidade, deixando assim de refletirem acerca da causa do problema ao buscarem somente uma “correção” do aluno. Um exemplo disso é o pensamento de PORTO (2009), que aponta:

“A prática comum é a do encaminhamento do educando ao Serviço de Orientação Educacional, para que suas atitudes sejam modificadas. Esta práxis nega o reconhecimento de que, muitas vezes, a inadequação comportamental do educando é consequência de disfunções ambientais... como: currículos e programas inadequados às necessidades dos educandos, rigidez nos regulamentos, falta de sensibilidade de professores...” (PORTO, 2009, pg. 54)

Para SILVA e COLLI (2007), a função da Orientação Educacional é:

“Organizar o processo educacional, buscando um trabalho em conjunto, na qual todos os profissionais têm uma contribuição a oferecer em sua especificidade de ação, com um mesmo objetivo, ou seja, atender o aluno na busca de uma apropriação do conhecimento, no qual esses conhecimentos transmitidos na escola devem se aproximar da vida diária. Diante disso, existirá um maior interesse por parte do aluno, mesmo porque o assunto tratado dirá respeito ao seu mundo” (SILVA e COLLI, 2007, pg. 6)

Ressaltamos que a percepção das autoras corresponde ao pensamento dos estudiosos já apresentados acima, no tocante à importância de um trabalho integrado com toda a equipe da instituição, visando o desenvolvimento do educando, além de aproximar sua realidade a cultura

escolar. A autora complementa ainda a relevância em apontar ao aluno, algumas questões, quais sejam: culturais, sociais, políticas e econômicas para que o mesmo possa construir sua visão de mundo e se interesse em participar ativamente da sociedade.

Quanto a isso, PLACCO (1994), pg. 41, afirma:

“O orientador educacional deverá trabalhar com o professor, preparando-o e assessorando-o nas diversas fases de implantação de um currículo que traduza o projeto educacional pertinente àquela realidade escolar”.

A Orientação Educacional volta-se também para a promoção de um conhecimento que articula realidade e objetivo, que constrói novas linguagens do conhecimento, preocupando-se em representar o imaginário social e levantar debates acerca da diversidade cultural e escolar, por meio do diálogo. (Cf. GRINSPUN, 2012).

Pela literatura analisada e o que já foi apresentado acima se percebe que o OE deteve diferentes funções ao longo de sua trajetória, assumindo desde o papel em ajustar o aluno a escola, ou seja, a Orientação era voltada a escola e não ao educando, até o momento em que este profissional começa a ganhar espaço no planejamento curricular e no projeto político pedagógico, procurando promover a formação do discente como cidadão, desempenhando então, funções mais sociais e políticas. Destarte, é afirmado por GRINSPUN (1992):

“Há um grande desafio, hoje, para os Orientadores Educacionais, caracterizado por uma mudança radical na proposta de suas funções, que deixa de enfatizar, em primeiro lugar, ajuda que se deve prestar ao aluno nos seus desajustamentos emocionais para se fixar numa função mais política, mais social, que se preocupa com a Escola (como um todo) e com o compromisso que o Orientador deve assumir com o momento histórico, com a formação do cidadão”. (GRINSPUN, 1992, pg. 96).

ALMEIDA e SOARES (2012) apresentam funções diferentes do OE, indicando aspectos relacionados a função orientadora do pedagogo no que diz respeito a formação continuada dos professores; quanto ao planejamento escolar; a avaliação e a gestão democrática.

Acerca do primeiro ponto, para as autoras o OE possui a função de auxiliar o trabalho docente, no que se refere a um melhor conhecimento do processo de aprendizagem, para que assim ambos possam trabalhar coletivamente para melhores condições de aprendizagem e um processo educativo mais voltado para as metodologias e didáticas adequadas as necessidades dos educandos. Assim, são válidos pesquisas e debates realizados pelos professores e Orientadores

para conhecerem as teorias do desenvolvimento e de aprendizagem, procurando facilitar o processo de ensino-aprendizagem, diminuindo as dificuldades de aprendizagem dos discentes.

Vale destacar que essas dificuldades somente são descobertas por meio de um diagnóstico realizado a priori, que envolve avaliações de aprendizagem realizadas no processo educativo e que respaldam o trabalho docente a ser realizado, além de orientar o estudo continuado sobre o desenvolvimento e os problemas de aprendizagem. Portanto, ALMEIDA e SOARES (2012) afirmam a função do OE em participar desse diagnóstico e buscar maneiras para solucionar as problemáticas encontradas, investigando as razões envolvidas neste processo de ensino aprendizagem, ou seja:

“Cabe ao orientador educacional assessorar o professor na relação teoria/prática/realidade. É preciso criar estratégias para investigação da realidade individual dos alunos e a história dessa comunidade. Redimensionar os espaços de reuniões pedagógicas como forma de análise crítica dessa realidade diagnosticada, aprofundamento teórico e busca de superação dessa realidade, significa comprometer-se e comprometer os professores a uma ação político-pedagógica efetiva voltada às classes populares”. (ESCOTT, apud ALMEIDA E SOARES, 1966, p. 66).

Diante disso, podemos sintetizar esse aspecto na atuação do OE que deve diagnosticar, investigar, problematizar, subsidiar o trabalho do professor nesse processo de avaliação. Não obstante, o seu papel na formação continuada docente contribui para que estes possam rever sua prática pedagógica, adotando metodologias diferenciadas e ainda não esgotar seu conhecimento científico, uma vez que, novos estudos são realizados todo momento, devendo esses profissionais estar atentos acerca destes avanços.

Outra questão que concerne a função orientadora na formação continuada do professor remete-se ao seu papel em promover a identidade profissional deste docente, ao compreender melhor como estes se posicionam em seu trabalho na escola, como agem, como pensam, conhecendo suas características próprias, suas relações interpessoais, no sentido de auxiliar sua identificação como categoria profissional.

Desse modo, o OE é responsável por estimular a autonomia dos professores, utilizando reuniões pedagógicas e momentos de debate para acompanhar o comportamento e as decisões tomadas pelos mesmos, resgatando assim, os sentidos atribuídos a docência, a coletividade dessa categoria redirecionando sua prática a novos horizontes. Destarte, o pedagogo como orientador é

o profissional que trabalha como mediador entre aluno-professor-conhecimento. (Cf. ALMEIDA e SOARES, 2012).

Quanto a atuação do OE no que diz respeito ao planejamento escolar, o tema retoma um pouco do que foi discutido no tópico anterior, visto que, parte do diagnóstico realizado para assistir o professor na seleção e organização dos conteúdos escolares, bem como, nas maneiras de definir os caminhos metodológicos em sua prática pedagógica

Para ALMEIDA e SOARES (2012), deve ser considerado para esse planejamento curricular a cultura, a realidade, os significados e valores concebidos pelos educandos, o que não significa dizer que deve partir desta realidade como algo pronto e já posto, mas sim como um direcionamento para um aprendizado mais amplo acerca dos sentidos envolvidos no cotidiano dos alunos, levando em consideração os conhecimentos produzidos em sua trajetória de vida. Esse pensamento pode ser traduzido pela afirmação a seguir:

“Verificar se os conteúdos ensinados levam em consideração a experiência dos alunos e o grau de conhecimentos que já possuem. Se isto ocorre, verificar de que maneira a experiência do aluno é incorporada nos novos conteúdos propostos e se tem avançado para além dela. Se isto não ocorre, quais as consequências que se pode observar. Como se dá esta incorporação (ou não) nas diferentes disciplinas. ”
(PIMENTA apud ALMEIDA e SOARES, 1995, p.161).

Percebe-se que um planejamento escolar coerente com o processo de ensino aprendizagem dos discentes é aquele cujo qual corresponde ao nível de conhecimento destes, preocupando-se com suas experiências anteriores e como se dá a disposição desses conteúdos escolares pelas disciplinas. Assim, por meio da relação teoria-prática os Orientadores e os professores podem escolher criticamente as melhores metodologias para um aprendizado mais eficiente, refletindo juntos quais caminhos obtém mais resultados e quais atendem as condições de cada aluno.

Já em relação a avaliação, o OE atua segundo algumas atividades a serem desenvolvidas, como: elaboração de gráficos de rendimento e frequência escolar; participação nos conselhos de classe, entre outras tarefas que auxiliam o trabalho docente, além de mostrar resultados aos alunos. (Cf. ALMEIDA e SOARES, 2012). Assim, seu objetivo no processo avaliativo é organizar informações sobre como se dá a aprendizagem de cada educando, compreendendo aspectos que favorecem ou dificultam e discutindo sobre isso nas reuniões pedagógicas junto com

os docentes, quais os possíveis erros e soluções, no sentido de refletir sobre a prática pedagógica, modificando-a caso necessário.

As autoras ressaltam ainda que a participação nos conselhos de classe vai muito além do que apresentar alunos com problemas de comportamento e aprendizagem. O trabalho do OE envolve, sobretudo, indicar caminhos, orientar ações e práticas, além de criar e organizar espaços de participação dos discentes e dos pais no ambiente escolar.

Por último, há a função do OE que visa a uma gestão democrática, sendo esta uma gestão que propõe a participação e colaboração de todos os membros da comunidade escolar em prol da democracia. Assim, cabe não só ao OE mas a toda equipe pedagógica trabalhar a favor disso, estimulando todos os profissionais de educação, comunidade escolar a debaterem suas diferentes visões sobre a escola e seus significados para que consigam formar coletivamente a organização do trabalho pedagógico. Ao mesmo tempo em que, também busca fazê-los compreender a importância em exercerem sua representatividade nos conselhos de classe, incentivando sua participação e liberdade em expressar opiniões e sugestões, uma vez que, somente por meio do trabalho integrado e o diálogo entre os profissionais que podemos vislumbrar uma gestão democrática, bem como, a luta de todos por um ensino de qualidade e sua democratização na instituição. (Cf. ALMEIDA e SOARES, 2012).

Nota-se que esta última atribuição apresentada pelas autoras é muito relevante para o cenário educacional atualmente, tendo em vista que vivemos momentos de muitas discussões políticas sobre democracia e a falta dela. Desse modo, é imprescindível que a escola se mobilize em direcionar suas ações para a participação efetiva de todos em alcançar um trabalho pedagógico bem organizado e em prol da democratização no acesso e ensino. Além disso, é função dos professores e orientadores reverem sua prática, dar voz aos educandos e formar cidadãos críticos, engajados e preparados para a cidadania, uma vez que, além do compromisso que possuem com sua profissão, também devem estar em consonância com as exigências legais e das atribuições específicas orientadas nos editais de concurso.

Portanto, são muitas as funções desempenhadas pelo OE, algumas mais burocráticas e tradicionais, outras mais democráticas e centradas no discente, preocupando-se com o seu desenvolvimento intelectual e formação como cidadão consciente de seus deveres e direitos.

Dentre estas, destaca-se algumas funções ligadas ao OE como “prestador de serviços”; como especialista; como elo entre escola, família e aluno; responsável pela organização do processo educacional; responsável pela construção do projeto político pedagógico; OE como Orientador Vocacional; OE deve disciplinar e ajustar os alunos; OE deve trabalhar de maneira integrada com toda a comunidade escolar e os profissionais, dentre outras funções. (Cf. GRINSPUN, 1992; ALMEIDA e SOARES, 2012; PLACCO, 1994; GRINSPUN, 2012)

Assim, vemos que algumas destas não são mais bem-vistas atualmente, como o ajustamento dos alunos aos modelos impostos pela Instituição, tendo em vista que se trata de uma função excludente e que incapacita o desenvolvimento dos discentes. Além disso, o debate hoje predominante no cenário educacional está ligado as questões trazidas pelo aluno, a importância em valorizar a sua realidade e trabalhar por meio desta. Por essa razão, o OE não é mais responsável apenas por cuidar dos alunos problemáticos, sem deixar de auxiliar em suas dificuldades, sua função é orientar, aconselhar, informar e desenvolver suas características, suas aptidões, ajudando-os a conhecer melhor sobre as profissões e o mercado de trabalho.

Outro ponto muito importante é a percepção do OE como mediador entre a família, o aluno e a escola, sendo responsável por promover um diálogo entre essas esferas, para que juntos possam facilitar a aprendizagem dos alunos, criando um ambiente saudável e facilitador. É essencial que os pais participem da vida de seus filhos, incentivando e compartilhando informações com a direção e os docentes. Além disso, a escola deve visar uma gestão democrática que envolva a atuação e participação de todos seus funcionários e a comunidade na organização do processo educacional.

Portanto, as funções do OE abrangem variados aspectos do ambiente escolar, indo muito além de um monitoramento dos estudantes, mas inclui também o papel em melhorar o relacionamento dos docentes com os discentes, auxiliando o trabalho do professor ao planejarem juntos os melhores métodos de ensino, procurando compreender como se dá o processo de ensino-aprendizagem, devendo investigar as problemáticas encontradas nesse cotidiano, os problemas de relação entre os indivíduos e encontrar possíveis soluções por meio de um planejamento eficiente.

3. A OE no Município de Duque de Caxias

Neste último capítulo é realizada uma análise documental a partir de legislações do Município de Duque de Caxias, tais como o Plano Municipal de Educação (PME), o Regimento Escolar e o Edital de 2015 para OE. O capítulo é apresentado em duas subdivisões: primeiro são trazidos alguns dados gerais sobre o Município e a situação da educação, que permitem uma contextualização da discussão.

Em seguida, é feita a análise dos documentos, sendo direcionada por meio de alguns questionamentos que podem ser fundamentados mediante a literatura já apresentada. Assim, as questões norteadoras são: Existe uma definição clara da presença do OE na estrutura de educação no Município de Caxias? Há uma explicitação das funções da OE no Município de Caxias? Qual o perfil de OE? Há menção nos documentos sobre a formação dos OEs? Quais os requisitos para o OE exercer a profissão? Há uma proposta de formação continuada e, caso sim, de que tipo?

3.1. Dados gerais do Município

Duque de Caxias é um município do estado do Rio de Janeiro localizado na região Metropolitana da cidade e situado na baixada fluminense. De acordo com o IBGE (2010), possui uma população em torno de 855.046 habitantes, sendo 410.958 de homens, ou seja, 48% e 444.087 de mulheres ou 52% da população. O total de habitantes que residem na área urbana é de 852.132, ou seja, Caxias é predominantemente caracterizado pela população urbana, com 99,65% em sua totalidade, enquanto a população rural é composta somente por 2.915 habitantes, sendo 0,35%. Estima-se também que a população residente alfabetizada gira em torno de 744.587 habitantes, com 87%, sendo um número bem expressivo e satisfatório. Além disso, Caxias apresenta uma área territorial de 467.620 km², densidade demográfica de 1,828.51 de hab/km².

Seu PIB anual é estimado na ordem de R\$ 29.148 com uma renda per capita de R\$ 37.328,52 sendo o oitavo maior PIB nacional e o segundo maior no estado do Rio de Janeiro (IBGE, 2010). . Por outro lado, seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,753, de

acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2000), abaixo do IDH da capital Rio de Janeiro (0,842) e da média estadual (0,807). (Cf. MILANI E LOUREIRO, 2013)

Outro dado de suma importância para uma análise mais profunda do contexto educacional de Caxias é o Painel Educacional Municipal divulgado a partir de 2015 pelo INEP, pois permite situar o nível de desafios a serem enfrentados pela gestão educacional e escolar no município. Os dados sistematizados pelo INEP trazem informações relativas a: **Trajetória:** matrículas, média de estudantes por turma, estudantes incluídos, matrículas em tempo integral, taxa de aprovação, taxa de reprovação, taxa de abandono e taxa de distorção idade-série; **Contexto:** indicador de nível socioeconômico, indicador de complexidade da gestão Escolar, indicador de esforço docente, indicador de adequação da formação docente, indicador de regularidade docente e indicador de desenvolvimento da Educação Básica, e **Aprendizagem:** participação de estudantes e escolas nas avaliações e resultados. Contudo, são contemplados nesta pesquisa somente os dois primeiros dados.

O primeiro tópico apresenta os seguintes resultados:

Os primeiros dados referem-se ao número de matrículas nas escolas que atendem os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, sendo no total 43.861 em 135 escolas da Rede Municipal (RM).

TABELA 1 – Taxa de Aprovação

	2013	
	REM	REM
1º ano		88,70
2º ano		92,20
3º ano		70,80
4º ano		79,70
5º ano	70,40	86,30

Fonte: Painel Educacional Municipal (2015)

O índice de aprovação, nos mostra que é bem elevado em todos os anos das séries iniciais, diminuindo apenas no 3º e 4º ano.

TABELA 2 – Taxa de Abandono

	2013		2014
	REM	REM	REM
1º ano		1,50	1,60
2º ano		1,50	1,10
3º ano		1,30	1,00
4º ano		1,60	1,40
5º ano	0,60	1,60	1,40

Fonte: Painel Educacional Municipal (2015)

TABELA 3- Taxa de Reprovação

	2013		2014
	REM	REM	REM
1º ano		9,80	11,10
2º ano		6,30	6,20
3º ano		27,90	28,40
4º ano		18,70	18,40
5º ano	29,00	12,10	10,90

Fonte: Painel Educacional Municipal (2015)

Já as taxas de reprovação e de abandono são pequenas em comparação a porcentagem de aprovados, havendo um aumento significativo somente no 3º ano.

TABELA 4 – Taxa de Distorção Idade-série

	2013		2014
	REM	REM	REM
1º ano		13,90	14,10
2º ano		19,50	18,50
3º ano		37,50	38,00
4º ano		42,90	42,80
5º ano	61,40	42,60	42,00

Fonte: Painel Educacional Municipal (2015)

Por outro lado, a taxa distorção idade-série vem crescendo no decorrer das séries, sendo quase a metade percentual no 5º ano, mostrando que o número de alunos que não estão na idade certa em relação a série ainda é preocupante.

O Segundo tópico refere-se ao contexto:

TABELA 5- Indicador de Nível Socioeconômico

Esse indicador é calculado a partir da escolaridade dos pais e da posse de bens e contratação de serviços pela família dos estudantes.

	RM	
		Quantidade
Nível		
Muito alto	0,00	0
Alto	0,00	0
Médio alto	71,97	95
Médio	21,97	29
Médio baixo	0,00	0
Baixo	0,00	0
Muito baixo	0,00	0

Fonte: Painel Educacional Municipal (2015)

Nota-se que o nível socioeconômico dos alunos é predominantemente médio alto, o que mostra um aumento cada vez maior da classe média em detrimento da classe baixa.

TABELA 6 -Indicador de Complexidade da Gestão Escolar:

O indicado classifica as escolas com turmas nos Anos Iniciais de acordo com a sua complexidade de gestão. Níveis mais elevados do indicador, que variam de 1 a 6, indicam maior complexidade. Assume-se que a complexidade de gestão estaria relacionada às seguintes

características: porte da escola, número de turnos de funcionamento, quantidade e complexidade de modalidades e etapas oferecidas. Escolas classificadas no mesmo nível são similares nessas características.

☐		Quantidade	
Níveis	Descrição		
Nível 1	Porte inferior a 50 matrículas, operando em único turno e etapa e apresentando a Educação Infantil ou Anos Iniciais como etapa mais elevada* ¹ .	0,70	1
Nível 2	Porte entre 50 e 300 matrículas, operando em 2 turnos, com oferta de até 2 etapas e apresentando a Educação Infantil ou Anos Iniciais como etapa mais elevada* ¹ .	24,40	33
Nível 3	Porte entre 50 e 500 matrículas, operando em 2 turnos, com 2 ou 3 etapas e apresentando os Anos Finais como etapa mais elevada* ¹ .	34,10	46
Nível 4	Porte entre 150 e 1000 matrículas, operando em 2 ou 3 turnos, com 2 ou 3 etapas, apresentando Ensino Médio/Profissional ou a EJA como etapa mais elevada* ¹ .	14,10	19
Nível 5	Porte entre 150 e 1000 matrículas, operando em 3 turnos, com 2 ou 3 etapas, apresentando a EJA como etapa mais elevada* ¹ .	9,60	13
Nível 6	Porte superior a 500 matrículas, operando em 3 turnos, com 4 ou mais etapas, apresentando a EJA como etapa mais elevada* ¹ .	17,10	23

Fonte: Painel Educacional Municipal (2015)

Já o Índice de Complexidade da Gestão que nos revela a quantidade de escolas de acordo com a complexidade da gestão, como etapas de ensino e turnos oferecidos, número de matrículas, entre outros, em um índice que varia de 1 a 6. Verificou-se que o nível 3 é onde se concentra maior número de escolas com um percentual de 34,10, recebe entre 50 e 500 matrículas, operando em 2 turnos, com 2 ou 3 etapas e apresentando os Anos Finais como etapa mais elevada, cujo o qual não há uma demanda tão complexa em relação ao nível 6.

TABELA 7 - IDEB Anos Iniciais:

	2005		2007		2009		2011		2013	
	Ideb	Meta	Ideb	Meta	Ideb	Meta	Ideb	Meta	Ideb	Meta
Rede										
Estadual	3,00		3,00	3,20	3,00	3,50	3,00	3,90	2,00	4,20
Municipal	3,00		3,00	3,40	3,00	3,70	4,00	4,20	4,00	4,40
Pública	3,00		3,00	3,40	3,00	3,70	4,00	4,10	4,00	4,40

Fonte: Painel Educacional Municipal (2015)

No que se refere ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), o Município de Caxias apresenta números muito baixos e embora haja um crescimento, não consegue ainda nem atingir a meta, apresentando 4 de IDEB no ano 2013 nas séries iniciais, numa escala de 0 a 10. Portanto, os dados apresentados acima são fundamentais para caracterizar o cenário educacional do Município de Caxias, servindo de base para que se compreenda melhor acerca do local em que será analisada a figura do Orientador Educacional em sua atuação no espaço escolar.

3.2 Análise documental

3.2.1 Presença do OE na educação do Município de Caxias

É possível perceber pela análise dos dados que os três documentos desta pesquisa dialogam entre si, uma vez que apresentam uma mesma concepção de Orientação Educacional. Assim, neste primeiro ponto notou-se que o OE está presente de forma bem estruturada no contexto educacional de Caxias, visto que este profissional tem seu trabalho integrado a uma equipe diretiva na escola e suas funções são bem delimitadas. Além disso, há uma coordenadoria de supervisão e orientação educacional na secretaria municipal, que é responsável por acompanhar as ações pedagógicas desenvolvidas nas unidades escolares.

No PME esta percepção se corrobora pelo fato deste documento apontar que a atuação do OE é baseada na Lei 5.564/ano que regulamenta a sua profissão, ou seja, fundamenta a importância deste profissional. Outrossim, é definido num trabalho coletivo com a equipe pedagógica, aparecendo ligado ao Orientador Pedagógico (OP) e atuando diretamente com o corpo docente na elaboração do currículo, construção de projetos pedagógicos e políticas educacionais. (PME, 2015)

O regimento escolar o caracteriza de maneira bem similar, ao assinalar que o OE faz parte da equipe técnico-administrativo pedagógica das Instituições escolares de Caxias, que é composta por: Diretor, Vice diretor, OP, OE, secretário, Dirigente de Turno, professor Regente, mediador de Tecnologia Educacional, Dinamizador de Biblioteca e Dinamizador de Leitura. Isso também significa dizer que o OE não é uma ponta solta no cenário educacional, pelo contrário, a eficiência de seu trabalho se dá justamente pela ação coletiva da equipe pedagógica. Identificou-se essa presença do OE também no edital de 2015 do município de Caxias, no tocante a valorização de sua atuação tanto nas atribuições deste cargo, que correspondem ao que está no Regimento Escolar, quanto nos conhecimentos específicos orientados no edital, que serão analisados abaixo.

.2.2 Funções do OE no Município de Caxias

Ao analisar quais funções do OE são definidas pelos documentos, verificou-se que o Regimento Escolar é um referencial para o PME, bem como para o edital em questão, uma vez que ambos se baseiam no que é proposto pelo Regimento, que seriam funções basicamente ligadas a um incentivo da integração escola-comunidade e ligação entre o Corpo Docente, Discente e Administrativo.

Neste sentido, o OE seria responsável por acompanhar o processo de frequência escolar, orientando o corpo docente, discente e os responsáveis, desenvolver também a interação entre professor-aluno, favorecendo o processo de ensino-aprendizagem. É proposto ainda que este profissional crie projetos sociais que visem ao bem-estar biopsicossocial dos membros da comunidade escolar e as famílias, que estimule atividades vinculadas à prática social e escreva relatórios descritivos dos alunos. (Regimento Escolar, 2015)

Além disso, destaca-se que é dever do OE cumprir atribuições que também pertencem à equipe diretiva, dentre as quais, ressaltamos: coordenar e avaliar as Propostas Pedagógicas da Unidade Escolar; coordenar a organização das turmas; garantir a participação coletiva no desenvolvimento do Projeto Político-Pedagógico; participar da elaboração de propostas e projetos específicos desenvolvidos pela Unidade Escolar; participar do Conselho de Classe; coordenar a ação pedagógica do Corpo Docente, visando a melhoria da qualidade de ensino; promover a formação continuada através de grupos de estudo a todos os profissionais do ambiente escolar; pesquisar, estudar e selecionar assuntos específicos de seu campo, procurando manter-se atualizado; promover a avaliação de todo o trabalho da Unidade Escolar, bem como a auto avaliação dos profissionais.

Outrossim, o edital repete estas mesmas funções apresentadas acima. Por outro lado, o PME acrescenta outras, como o papel do OE em mobilizar escola, família e criança para investigar a realidade vivenciada no cotidiano escolar, além de desenvolver diferentes trabalhos em parceria com a comunidade escolar, num trabalho integrado com o professor, para que o mesmo possa compreender melhor o comportamento dos discentes. Cabe ainda ao OE promover o desenvolvimento dos alunos, organizando informações importantes referentes a estes, para que

seja possível dialogar com a família sobre as finalidades da Unidade Escolar, do mesmo modo, visando uma maior participação destes nos assuntos pedagógicos da escola.

Dentre as funções analisadas pelos documentos, evidenciou-se que as mesmas correspondem com aquelas ponderadas pelos autores estudados, no que se refere a uma atuação mais pedagógica do OE, a visão em melhorar o relacionamento entre professor e aluno e auxiliar o aluno no processo educacional, sendo estas defendidas por GRINSPUN (1992, 2012).

Os documentos dialogam também com PLACCO (1994), GIACAGLIA e PENTEADO (2011), PASCOAL, HONORATO e ALBUQUERQUE (2008), no tocante à relevância do OE em um trabalho integrado com toda comunidade escolar, docentes, os pais, sendo assim, um mediador entre os educandos, a equipe diretiva e a família, além de analisar as ações pedagógicas desenvolvidas na escola, contribuindo para o desenvolvimento dos alunos e de suas habilidades e ainda elaborar projetos educacionais e incentivar a participação do corpo discente em todas as atividades escolares.

No entanto, vale ressaltar que uma função muito difundida entre os autores não apareceu em nenhum destes documentos. É aquela relacionada à orientação vocacional e profissional, o que nos leva a pensar que o Município de Caxias concebe uma concepção diferente de OE, mais ligado ao processo de ensino-aprendizagem do que à formação voltada ao mercado de trabalho.

3.3.3 Perfil do OE

Pelo que já foi discutido acima, nota-se claramente que é defendido um mesmo perfil deste profissional em todos os documentos, porém cada um tem algumas particularidades bem tênues. O PME o apresenta como um profissional integrado à família, a comunidade escolar, aos docentes e demais profissionais, presente em todo o currículo Escolar, o qual faz parte de um processo dinâmico, sistemático e contínuo, sendo responsável pelo desenvolvimento do educando em todos os aspectos: físico, intelectual, social, moral, estético, político, educacional e vocacional.

O Regimento Escolar expressa de maneira quase idêntica, visto que aponta como objetivo do OE o desenvolvimento pessoal e profissional do educador e do educando, articulando as ações

pedagógicas desenvolvidas na Unidade Escolar, coordenando e avaliando as atividades de caráter técnico-pedagógico do processo ensino e aprendizagem. O único ponto diferente é que acrescenta os educadores como aspecto relacionado também à função do OE, visando não só o desenvolvimento dos alunos.

Já no edital, a percepção deste perfil se deu somente pelas atribuições que são determinadas a este profissional, o que está ligado diretamente ao que está presente no PME e no Regimento, ou seja, segue a linha de uma Orientação Educacional voltada aos aspectos pedagógicos, concebida por meio de um trabalho coletivo. Percebe-se que estas características coincidem com o pensamento de GRINSPUN (1992), que pondera sobre uma atuação mais pedagógica atualmente nas escolas. Portanto, mais uma vez há um paralelo entre os documentos e a percepção dos autores.

3.3.4 Requisitos para exercer a profissão e sua formação

Este é um ponto fundamental para compreender que tipo de profissional está sendo exigido atualmente, mas que não foi aprofundado pelos documentos, tendo em vista que a formação necessária para o OE exercer sua profissão nos revela muito sobre a concepção advinda dos governantes sobre a educação.

No caso do Município de Caxias, há uma contradição quanto a isso, já que embora seja determinado em Legislações, que haja experiência docente de no mínimo um ano, podendo variar para dois ou três, para que o Orientador tenha uma formação adequada e exerça sua profissão, isso não está presente no edital de 2015 que se refere apenas, como requisito para a efetivação, ao Ensino Superior em Pedagogia com habilitação específica para o cargo ou Licenciatura com Pós-Graduação na área, apresentando ainda como conhecimentos específicos aos futuros OEs: Princípios éticos na atuação do orientador educacional; Processos Educacionais: o lugar do orientador educacional no contexto escolar; A ação do Orientador Educacional no cotidiano da escola, entre outros. O mesmo ocorre com o Regimento Escolar que define como requisito ser professor legalmente habilitado em Pedagogia, com especialização em Orientação

Educacional e concursado para essa atuação, não incluindo a Pós-Graduação como eixo de formação para o OE.

Isso se distancia das recomendações trazidas na literatura da área, como PORTO (2009), que ressalta a possibilidade e relevância hoje de se formar tanto em nível de graduação em Pedagogia, quanto em nível de Pós-Graduação oriundo de qualquer licenciatura. Por sua vez, o PME nem menciona essa formação, nem quais requisitos são necessários para este profissional exercer sua função.

Diante disso, os documentos deixam uma grande lacuna ao não fundamentarem esta questão. Além disso, permitem que se levante o questionamento sobre se estão sendo efetivados profissionais capacitados adequadamente neste Município. Por outro lado, esta informação também corresponde ao fato de que a importância da experiência docente não é contemplada pela literatura analisada, somente citada por alguns autores como um dos aspectos envolvidos na formação do OE, mas sem aprofundar as razões para a relevância desta. Um exemplo disso encontra-se em GIACAGLIA e PENTEADO (2011), que apenas relatam a exigência de estágios supervisionados e experiência docente para uma formação mais adequada.

3.3.5 Formação continuada

Por fim, a última questão levantada nesta análise documental está relacionada a identificar se há alguma proposta de formação continuada para o OE, seja em serviço ou não. Pode-se dizer que o PME é o único a tratar acerca deste ponto, já que no edital nada é citado a respeito e no Regimento Escolar só aparece como uma das funções da equipe diretiva, que seria promover a formação continuada de todos os profissionais da educação através de grupo de estudos, podendo aí serem incluídos os OE.

Desse modo, a proposta do PME é formar em nível de pós-graduação 50% dos professores da Educação Básica e garantir formação continuada a todos os profissionais da educação em sua área de atuação, percebendo a formação permanente desses profissionais como um processo, inicial e continuado, que pode ocorrer em parceria com Universidades públicas, por meio de encontros coletivos, organizados a partir das necessidades indicadas pelos sujeitos, dentro ou fora das Escolas onde atuam, podendo ser em horário de trabalho e quando realizada

fora do horário há uma remuneração.

Neste sentido, considera relevante a reflexão sobre a prática educativa e aperfeiçoamento técnico, ético e político do Orientador Educacional, o que vai ao encontro do que é defendido por PLACCO (1994), que embora não mencione uma formação continuada, contempla a importância de uma formação política, técnica e humana. Dialoga também com GRINSPUN (2012) e PORTO (2009), visto que, destaca uma formação reflexiva voltada a prática em constante transformação e aperfeiçoamento e ao compromisso com as especificidades do cotidiano escolar.

CONSIDERAÇÕES

O tema desta pesquisa foi escolhido a partir do interesse em compreender melhor a Orientação Educacional, uma vez que me identifiquei com esta área quando realizei o estágio obrigatório em gestão escolar durante a graduação. Assim, um dos objetivos deste trabalho foi analisar como este profissional é percebido em sua trajetória histórica, quais funções são desempenhadas pelo mesmo e de que maneira essa atuação pode contribuir para o desenvolvimento dos discentes.

No primeiro capítulo vimos que o surgimento do OE no Brasil se deu em 1924 no Liceu de Artes e Ofícios pelo professor e engenheiro Roberto Mange e como a trajetória deste profissional se modificou ao longo dos anos, possuindo diversas atribuições e definições, de acordo com a visão dos autores e com os períodos históricos apresentados, que serviram de base para definir a maneira com que o OE era concebido em cada época.

Diante disso, identificou-se que os OEs já assumiram ora o papel de “prestador de serviços”, ora o responsável por disciplinar e ajustar os alunos, corrigindo comportamentos inadequados, até o momento em que a Orientação Educacional passou a perceber os educandos como centro do processo de ensino-aprendizagem, voltando-se aos seus interesses e aptidões e na orientação para o mercado de trabalho, chegando-se a uma de suas principais funções exercidas atualmente, a qual seria a formação dos alunos como cidadãos.

No Segundo capítulo foi analisado mediante a literatura estudada, as seguintes propostas: as temáticas referentes ao OE; a formação necessária; as funções e atribuições presentes atualmente no ambiente escolar; os pontos em comum conforme os autores e discussão das concepções adversas.

Por meio dessa análise temática e comparação entre os estudiosos, verificou-se que a Orientação Vocacional ainda é uma função desempenhada fortemente no cenário educacional, porém o que vem ganhando muito espaço é sua atuação na formação do aluno como cidadão. Além disso, observou-se um enfoque maior no desenvolvimento dos aspectos cognitivos dos educandos e suas habilidades em um trabalho integrado com a família, com toda a comunidade escolar e bem como com a equipe diretiva. Para o alcance da referida proposta, foi defendido

pelos autores uma atuação mais pedagógica, ligando teoria e prática, visando uma formação política, técnica e humana.

Por fim, o terceiro capítulo buscou-se aprofundar essa análise a partir do estudo da situação do OE em um município em particular, para o que se escolheu o Município de Duque de Caxias. Foi realizada uma análise documental a partir do Edital de 2015 deste Município para OE, junto com o Regimento Escolar e plano municipal de educação, em que foi possível perceber que o que é defendido pelos autores corresponde ao que está sendo determinado pela educação na cidade de Caxias. Entretanto, ficou claro que a experiência docente, que é exigida pelas Legislações para formação em Orientação Educacional, não constava como exigência no referido edital.

Vislumbramos também que muitas funções e papéis propostos pelos autores para os OE dialogam e se fazem presentes nos documentos. Por exemplo, a preocupação em auxiliar o discente no processo educacional, desenvolvendo-o nos aspectos físicos, sociais, psicológicos e morais, melhorando assim a relação entre professor e aluno, ou seja, atuando de maneira mais pedagógica e voltando-se ao processo de ensino-aprendizagem.

Portanto, concluímos que embora a temática do Orientador Educacional não seja um fato recente no cenário educacional, uma vez que este está presente nas escolas desde a década de 20 , notou-se que a discussão deste campo ainda é atual, enfrentando muitos desafios para exercer sua função. Um deles é justamente o não cumprimento das Legislações, como a experiência docente para a formação do OE e a própria construção de identidade destes profissionais, que veem suas funções misturadas com os papéis desempenhados por outros membros da equipe de gestão, como o CP. Enfrenta-se até mesmo a não existência de OEs nas escolas ou a falta de profissionais adequados para o cargo.

Dessa forma, apesar da contribuição trazida pelos autores analisados a respeito da importância desse educador para o desenvolvimento e aprendizagem dos indivíduos, ressalta-se sobretudo a necessidade da prática seguir o que reza a literatura bem como a devida legislação.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Claudia Mara de; SOARES, Kátia Cristina Dambiski. **Pedagogo escolar: as funções supervisora e orientadora**. Curitiba: InterSaberes, 2012.
- ASSIS, N. Revendo o meu fazer sob uma perspectiva teórico-prática. In: GRINSPUN, M.P.S. (Org.) **A prática dos orientadores educacionais**. São Paulo: Cortez, 1994.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** Nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em:< <http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 14 jan. 2016
- BRASIL. **Leis orgânicas do Ensino**. Nº 4244 de 9 de abril de 1942. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 de Julho 2016
- BRASIL. **Lei Orgânica do Ensino Industrial**. Decreto Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4073.htm. Acesso em 12 de julho 2016
- BRASIL. **Regulamento do Ensino Industrial**. Decreto nº 47.038, de 16 de Outubro de 1959. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-47038-16-outubro-1959-386194-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 de Julho 2016
- BRASIL. **Exercício da profissão do Orientado Educacional**. Decreto Nº 5564 de 21 de dezembro de 1968. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L5564.htm. Acesso em 13 de julho 2016
- BRASIL. **DECRETO 72.846, de 26 de setembro de 1973**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/d72846.htm. Acesso em: 13 de julho 2016
- Edital** (2015). Disponível em http://consulplan.s3.amazonaws.com/concursos/430/60_27072015145326.pdf. Acesso em 10 nov 2016
- GIACAGLIA, L. R. A; PENTEADO, W. M. A. **Orientação Educacional na prática- Princípios, Histórico, Legislação, Técnicas e Instrumentos**. São Paulo: Thomson Learning Edições, 2011.
- GRINSPUN, Míriam P. S. Zippin. **A Orientação Educacional: conflito de paradigmas e alternativas para a escola**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GRINSPUN, M.P.S (Org.) **A prática dos orientadores educacionais**. São Paulo: Cortez, 2012.

PASCOAL, Miriam; HONORATO, Eliane Costa; ALBUQUERQUE, Fabiana A. de. **O orientador educacional no Brasil**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edur/n47/06.pdf>. Acesso em 14 jan. 2016.

PLACCO, V. M. N. S. **Formação e práticas do educador e do orientador**. Campinas: Papirus, 1994.

PME, 2015. Disponível em <https://drive.google.com/file/d/0BJ6XGjjY3mX0FKOHIDY2dXX2M/view>. Acesso em 10 nov 2016

PORTO, Olivia. **Orientação Educacional: teoria, prática e ação**. Rio de Janeiro: Wak, 2009.

Regimento escolar, 2015. http://sepecaxias.org.br/wp-content/uploads/2015/07/Regimento_Escolar_Duque_de_Caxias.pdf Acesso em 10 nov 2016

SEVERINO, Antonio Joaquim, 1941- **Metodologia do trabalho científico**- 23. ed. rev. a atualizada – São Paulo : Cortez, 2007.

SILVA, Janes Alves da; COLLI, Edina Maria. **Reflexões sobre a prática pedagógica da orientação educacional**, 2007. Disponível em <http://www.psicopedagogia.com.br/artigos/artigo.asp?entrID=975>. Acesso em 2 maio 2016

NEVES, Ilka; SIQUEIRA, Olgair. **Nova dinâmica de Orientação Educacional**. Porto Alegre: Globo, 1979.

ANEXO 1

EDITAL 2015 – REQUISITOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO (P. 1 do edital)

ANEXO 2

EDITAL 2015 - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO (P. 19 do edital)

ANEXO 3

EDITAL 2015- ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS (P.22 do edital)

ANEXO 4

REGIMENTO ESCOLAR – SEÇÃO I DA EQUIPE DIRETIVA (P.5, 6 E 7)

ANEXO 5

REGIMENTO ESCOLAR – SEÇÃO IV DO ORIENTADOR PEDAGÓGICO E
EDUCACIONAL (P.9 E 10)

ANEXO 6

PME- DIRETRIZES E METAS DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL (P.44-48)